

Revolução

CONGRESSO

**A
ORGA-
NIZAÇÃO
REVOLUCIO-
NÁRIA NÃO
PODE TRAIR**

**UM ANO
DEPOIS QUE
É FEITO DOS
MILITARES DO
25 DE NOVEMBRO?**

GDU



PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos leitores

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

**"...São totalmente inúteis
as manobras de bastidores
que procurem atrelar as massas a um partido."**

Camaradas,

Sempre tenho apoiado algumas das posições que a esquerda portuguesa tem assumido durante estes dois últimos anos. Algumas posições, não todas. Isto porque entendo que devemos ser suficientemente críticos em todos os momentos, para não cairmos num seguidismo sem saída, ao sabor dos condicionalismos sociais, normalmente impostos por momentânea situação histórica poder de Estado não definido, em mutação resultante de agudas lutas de classe.

Criço que o meu procedimento é válido, pois acredito que a polémica é boa conselheira quando virada para um projecto construtivo. Tudo o resto é estagnação, cujo resultado é o enraizamento de ideias dogmáticas a quem o tempo dará o cunho de verdade insofismáveis.

Tenho apoiado muitos projectos que nos respectivos momentos foram válidos. Tenho seguido muitas propostas de actuação e organização. Evidentemente que as propostas que apoio sempre as insiro numa análise social da vida portuguesa, das forças em jogo e da sua correlação. Isto quer dizer que não me encontro preso a qualquer modelo e que os acontecimentos noutros países apenas me servem de meios de análise. A vida e as relações de produção em constante movimento acrescentam novas páginas à história. Para quem se intitula marxista dispõe cada dia de novos elementos de conhecimento, cujas ilações devem ser levadas à prática diária da luta de classes.

Por todos estes motivos é que neste momento apoio o projecto dos GDUP, o programa de Otelu, com base no programa do extinto Copcon.

Acredito que este programa tem todos os elementos que podem levar este país ao socialismo. A questão está tão somente em encontrar em cada momento as posições necessárias para vencer as contradições internas existentes numa direcção política, como superar os escolhos que a burguesia a todo o momento coloca no caminho. Isto porque, é necessário não esquecer: a contra-revolução segue a par da revolução, e forçosamente

há um ponto de encontro que terá que definir qual a classe social detentora do poder económico, político e militar. Creio que este problema tem que ser posto mais tarde ou mais cedo. Se olharmos para a situação actual, é de concluir que esta questão se põe com urgência e que a direcção, provisória ou não, tem que alertar os milhares de trabalhadores que apoiaram a candidatura de Otelu para a situação política actual em constante degradação à direita. Não só alertar, como dar perspectivas.

Os partidos que integram a Direcção dos GDUP, têm que ser uma Direcção política para o movimento. Não se podem demitir ou manobrar de forma incorrecta; desviar o movimento é derrotá-lo perante o fascismo que avança. O fascismo como sabemos é o capitalismo numa das suas fases de crise aguda que para subsistir tem necessidade de ser fascista e não democrático-liberal. Camaradas, não há possibilidade de deixar de combater o capitalismo/fascismo. Se não houver resposta e avanço organizado, certamente teremos o fascismo instalado. É uma necessidade histórica do capitalismo em dificuldades. Para o nosso povo trabalhador não restam outras opções: ou entrega e se subjugam docilmente ao inimigo, ou derrota-o definitivamente.

Será bom que os militantes revolucionários compreendam isto. As coisas serão assim, quer haja ou não partidos ditos revolucionários, com muitos ou poucos aderentes. A economia tem as suas leis, e não espera pela organização dos partidos.

Por outro lado são totalmente inúteis as manobras de bastidores que procurem atrelar as massas a um partido. Este conceito não passa de uma visão pequeno-burguesa no interior de um partido. Apenas conduz à derrota e à desagregação no futuro à ditadura do partido, degenerência de estados socialistas que hoje em dia esgrimimos contra o reformismo revisionismo. É importante, camaradas, que concluam a verdade da seguinte análise; subtrair as massas à influência reformista não se faz com estereótipos. O reformismo joga com vantagens no campo da democracia burguesa, aproveitando-se dos va-

lores correntes na mentalidade das massas trabalhadoras em regime capitalista. O meio molde o homem, e o homem é o resultado das relações de produção num determinado momento. Levar as massas a contestarem o sistema através de casos concretos, cada vez mais avançados e de cunho político é um dever dos militantes que se dizem de vanguarda. Esta actuação é na prática subtrair as massas trabalhadoras ao reformismo.

Cualquer partido ou movimento cuja actuação se limite a ir a reboque das massas, não tem razão de existir vai na cauda da história! No momento da verdade estará disposto a concessão, ou seja à traição. Factos passados demonstram que a possibilidade da Revolução é o melhor contributo ao desmascaramento dos elementos indecisos. Aqueles que de facto não estão com a classe; ficaram pelo caminho, verdadeiramente na sua autêntica posição de classe.

Para estes partidos, movimentos e pessoas, apenas lhes resta mascararem as suas posições com o economicismo cínico da Revolução.

Aos militantes que mais denodadamente se batem na frente das massas, noto o seguinte: a situação que originou o «Revolução» de Outubro é diferente do nosso caso concreto. A situação que originou a grande revolução chinesa um salto na história possível devido ao modo de produção asiático, não tem analogia com o processo português.

Há que encontrar o caminho correcto para a nossa revolução, para o nosso socialismo.

Esta é a opinião de um vosso leitor. Espero que a discussão nasça. Inclusive que contestem e barafustem que repudiem. Tomarei a liberdade de mandar esta carta para publicação às organizações políticas que apoiem o programa do Otelu, e que ao longo destes dois últimos anos mais consequentemente e dentro das suas perspectivas visam o socialismo: UDP, PRP, MES.

Cuem não tiver a coragem de publicar e debater certamente que não conseguirá evitar que a Revolução ou contra-revolução triunfem. O futuro ditará: socialismo ou barbárie.

Um leitor

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA
ERNESTO E LUÍS
LIVRARIA — BIBLIOTECA

Encontra-se aberta na UPEL uma LIVRARIA-BIBLIOTECA, cujo horário normal de funcionamento é das 13 às 21 horas, e na qual podes adquirir livros com um desconto progressional ao preço de capa e que vai até aos 20 por cento.

VAI LÁ
LÊ OU COMPRAS LIVROS
DÁ SUJESTÕES

Para aumentarmos a variedade e sobretudo a qualidade das publicações que apresentamos precisamente do teu apoio.

A UEPL fica na Av. 5 de Outubro, 68, Lisboa

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO
DO PROLETARIADO
SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573711/573780

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa

Tel. 573520/573640/573711/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

CABO RUIVO

Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário — das 12 às 14 h e das 16.30 às 24 horas.

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

MATOSINHOS — Rua Cond. de S. Salvador, 374
Tel. 931925

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges, Tel. 22961

MARINHA GRANDE — Rua Marquês de Pombal, n.º 65
Tel. 38149

ARGEA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA
LISBOA — Av. da República, 40

ALGÉS — Rua Vitor Duarte Padrozo, n.º 15 - Algés de Cima
Tel. 2100337

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro
N.º 15-17 Tel. 2512807

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525

CACÉM — Rua de Paço de Arcos, lote 16

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Bocage, 3
Tel. 28949

BARREIRO — Rua dr. Eusebio Leão, 31 Tel. 2076745

LAVRADIO — Rua dr. José Carneiro Lobo, n.º 312

TORRÃO — Horta Seca

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24996

ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reitor Teixeira Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

LOULÉ — Av. José da Costa Mea-
lha, n.º 29 - 1.º Tel. 63043

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17 - 24658

MONCHIQUE — Estrada da Foia, 9, Monchique.

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

Revolução

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

PAÍS Semestral — 110\$00
Anual — 220\$00

ESTRANGEIRO Semestral — 400\$00
Anual — 800\$00

PAGAMENTO

Em cheque
Em vale

O PODER

• a direita que avança

• a resistência que se esboça

As últimas semanas vieram definir com mais clareza duas posições a nível do Poder Político-Militar: a do reaparecido grupo dos nove e a da extrema-direita.

Ambos fortalecem as suas posições, se bem que em sectores diferentes: a chamada linha «Meloantunista» é ainda maioritária dentro do Conselho da Revolução, enquanto que o comando das unidades militares vão passando para as mãos de homens de direita, alguns deles tendo, inclusive, resistido ao movimento de 25 de Abril.

O facto da tendência política do Grupo dos Nove dominar no interior do Conselho da Revolução traduziu-se em, por exemplo, ser enviada pelo C.R. uma mensagem de felicitações ao P.C., pela sua capacidade de «militância e organização», aquando do seu Congresso; no entanto isso provoca um ataque mais intenso da direita (no mínimo fascizante) a essa linha no sentido de alterar a correlação de forças.

Esse ataque tornou-se mais nítido, quando do encontro de Canto e Castro, do C.R., com Holden Roberto da FNLA, em Bruxelas. Aí, a direita ganha duas vezes: com o próprio facto, que vem na sequência de outros igualmente ilustrativos da cada vez maior submissão deste Governo à estratégia imperialista, pois torna-se evidente que os planos do imperialismo para os países africanos, principalmente para as ex-colónias portuguesas, estão de novo mais intensamente a passar por Portugal. E ganha também com a denúncia espectacular desse encontro, queimando etapas, procurando deteriorar as relações deste governo com o MPLA, e aproveitando para pôr em xeque o Poder.

Assim, enquanto antifascistas que ainda ocupam cargos nos órgãos de soberania vão ficando cada vez mais

alertados com o avanço da extrema-direita e enquanto Ramalho Eanes se vai pronunciando contra os poderes paralelos, essa direita paralelamente organiza o seu poder, e passa ao ataque (por enquanto-velado) ao próprio Eanes.

Perante isso, a linha de Melo Antunes tende a ganhar cada vez mais aderência nos militares que, não sendo revolucionários, estão contudo decididos a evitar o regresso da ditadura fascista.

O «PODER CIVIL»

O Governo PS continua a sua política de concessões à direita, que, como é evidente, é mal agradecida.

António Barreto veio até aos meios de manipulação de massas (a que chama órgãos de comunicação social) dizer-nos que devemos comer os restos, e alertando contra as más línguas que dizem que os preços irão aumentar em cascata; três dias depois aumentou o preço de alguns produtos.

Os ministros recusam-se a receber os trabalhadores, dizem não haver dinheiro para pagar ordenados; entretanto, são oferecidos treze mil contos ao Patriarcado para «indemnizar» o atentado bombista governamental con-

tra os trabalhadores da Rádio Renascença.

Cardia continua a sua cruzada contra os estudantes, os professores, as forças de esquerda, contra tudo o que não seja reaccionário.

Diante deste quadro de repressão aos trabalhadores e massas populares, a direita pede mais, certa de que aquilo que pretende só ela poderá fazer. Assim, o CDS intensifica os seus ataques ao Governo PS, põe inclusivamente em causa a Assembleia da República. Faz propostas que, sabendo de antemão que serão derrotadas, lhe trazem a vantagem de, pelo elevado grau de reaccionarismo dessas propostas, obrigar o PS a votar do mesmo lado do P.C.; o que é aproveitado pelo CDS na sua propaganda eleitoral. Nos seus discursos Freitas do Amaral acusa o PPD de ter virado à esquerda e faz todos os esforços para alargar, sem vizinhos nem intromissões, o seu espaço político, com a consciência de que tem as costas bem quentes e pode enfrentar tudo sozinho sem se colar a ninguém e sem necessitar de ajudantes.

Perante isso, o PS devido à posição de classe dos seus dirigentes só tem a solução de, neste extremar de posições, mostrar-se ainda mais à direita do que no dia anterior, para tentar recuperar as posições que as forças fascistas lhe têm vindo progressivamente a conquistar. Assim nesta terça-feira foram expulsos do PS conhecidos elementos que se destacaram pelas suas posições de esquerda e pertencentes à comissão de trabalho do PS.

Destes modo, Soares prossegue a campanha de obstrução e saneamento

à esquerda dentro do seu partido que atingiu os que votaram Otelo, e neste momento atinge a JS (que viu a sua manifestação impedida) e estes últimos militantes, dois dos quais são deputados à Assembleia da República.

Mas, como dissemos, a direita é mal agradecida e não se compadecerá com mais esta prova de amizade...

O REFORMISMO

Por outro lado, o P.C., enquanto o P.S. volta a referir-se ao seu golpe militar, não usa o Congresso para consumir a viragem à direita, mas sim para se mostrar forte e coeso, com grande capacidade de mobilização e de organização, enfim, para se mostrar como o aliado favorito que se oferece aos militares resistentes, em caso de golpe fascista, para então se fazer pagar com juros e tentar de novo escalar o aparelho de Estado.

Claro que para isso precisa de impedir que seja apresentada aos trabalhadores uma alternativa revolucionária; para o que irá agir de vários modos: seja pelo uso da calúnia e da manipulação que lhe são próprios; seja utilizando manobras de diversão através de sucessivos ataques superficiais a organizações que, embora conhecidas como sendo de esquerda revolucionária, não apresentam nenhuma alternativa válida que possam defender, pretendendo com esses jogos sujos e baixos golpes atacar e silenciar as organizações que apresentam essa alternativa, que não se deixam levar pelo parlamentarismo e em relação às quais um ataque feito às claras pelo P.C. só serviria para denunciar o atacante.

CARDIA:

“democratizar...”

fascizando

Quando Cardia entrou para o MEIC começou por sanear «a torto» e à esquerda» para colocar lá pessoas da sua confiança, e evitar assim futuros obstáculos à execução da sua política.

Depois faz sair um decreto (672/76), anticonstitucional por atentar contra o direito ao trabalho de milhares de professores, que vai provocar a total remodelação dos cargos docentes das escolas do ensino primário, secundário e preparatório, permitindo ao MEIC interferir na selecção e colocação dos professores em várias fases.

Não reconhece como habilitação própria para ensinar os diplomados dos licenciados de Escolas do Ensino Su-

perior com planos de estudo progressistas tais como o ISE; o ISCTE e o ISCSP, e reduz o número de centros de estágio para professores devidamente habilitados, oferecendo apenas 3000 vagas para mais de 12.000 candidatos ao estágio pedagógico, isto quando a carência de professores continua a ser grande em todo o País.

O Decreto-Lei 761/A/76 de autoria do sr. Cardia procura reintroduzir no ensino Superior as anteriores hierarquias e transferir o poder de decisão sobre matérias e composição do corpo docente para um Conselho Científico da confiança do Ministério onde se destacam os Professores Catedráticos e o Presidente do Conselho o qual

terá na prática o papel do antigo director da faculdade. É retirada à Assembleia Geral de Escola, até aqui máximo deliberativo, todo o seu poder, passando esta apenas «apreciar» a actividade dos outros órgãos. O próprio Conselho directivo passa a ser eleito por uma dita Assembleia de representantes.

Esta tática é muito clara: Retirar aos alunos e professores progressistas a possibilidade de participar na gestão da escola e centralizar novamente o poder nas mãos de homens afectos ao regime e fiéis executores da sua política.

O seu objectivo estratégico é também por demais conhecido: retirar do ensino oficial, seja qual for o grau, todas as matérias que sejam progressistas, isto é, que visem a transformação estrutural da sociedade.

A política reaccionária do Ministério de Cardia no campo da Educação não só se enquadra perfeitamente no conjunto de medidas antipopulares que o Governo PS tem vindo a tomar e que mais não visam do que destruir todas as conquistas dos trabalhadores, como, lado a lado com a política de Manuel Alegre no campo da Comunicação Social, abre já as portas a um novo Governo, a um novo poder mais próximo do fascismo.



• 25 DE NOVEMBRO

Passado um ano sobre o 25 de Novembro, que trajecto traçaram as várias forças em presença? Merece hoje a pena observar quais são as posições de cada uma, para que daí se tirem lições para o presente e para o futuro. E quanto à interpretação que nessa data fizemos do que foi o golpe do 25 de Novembro, mantêmo-la. Por isso publicamos hoje novamente um texto escrito na altura e que está inserido no livro «E agora? — O proletariado na hora das grandes escolhas».

Há um ano os «nove» foram a fachada política que serviu a direita militar. Depois do seu próprio documento, depois do pronunciamento de Tancos, o golpe militar do 25 de Novembro foi o culminar de toda uma trajectória dos «nove» em que estes tinham como objectivo o combate ao PC e aos revolucionários (sobretudo a estes). Por isso abriram caminho à direita militar que se foi instalando nos postos de comando.

Hoje, quando Melo Antunes discursa na Comissão Constitucional, é toda a direita que se volta contra ele. Hoje, Salgueiro Maia, que veio até Lisboa com a EPC de Santarém no dia 25 de Novembro para cercar Beirolas, é transferido para os Açores. Hoje Charais já não tem a Região Militar do Centro, mas somente uma cadeira no Conselho da Revolução. Igualmente para Pizarat, que perdeu a Região Militar do Sul. Hoje os «nove» têm uma maioria no Conselho da Revolução que está assente sobre umas Forças Armadas de direita e extrema-direita. As forças a que eles abriram as portas e que hoje as querem esmagar.

Porque por detrás dos «nove», fachada política e écran da televisão, outros havia que fizeram o golpe. Esses, que o fizeram, estavam na sombra desde Agosto de 75 constituíram o comando intalado na Amadora. Esses é que estão hoje no poder real. Por isso são colocados fascistas, ontem culpados de acções reaccionárias, hoje destacados por um novo prestígio, em postos de comando. Por isso a extrema direita civil, organizada numa fofa clandestinidade, actua à vontade. Ela também é poder, ela também está no poder.

Por outro lado que aconteceu às forças revolucionárias durante este ano? A sua transformação foi tão profunda como a que se operou entre os que fizeram alianças para executar o golpe de 25 de Novembro.

Na verdade cada vez se procura mais a unidade no seio daquilo a que se chama «esquerda revolucionária». Para um lado estão os ditos maoístas com tudo aquilo que isto significa de stalinismo — profundo desvio de direita, simultâneo com um sectarismo atroz — para outro lado estão aqueles que querem a Revolução Socialista. Para um lado estão os militares que queriam realmente a Revolução Socialista, para outro estão aqueles que andavam no folclore «revolucionário». Por isso há muitos, que antes eram apenas «democratas» e que ficaram confusos com o 25 de Novembro e que hoje estão claramente ao lado dos anti-fascistas. Mudam os tempos, mudam as vontades...

Quanto aos reformistas, eles estão na posição habitual — no meio. Sempre à espera de conciliar com a direita, sempre à espera de serem consentidos pelo Poder. Eles não estarão nem com o fascismo, nem com a Revolução. Estão com eles.

Os sociais-democratas, vencedores políticos temporários nesta corrida, estão a sair estilhaçados. A fractura passa pelo meio deles.

Daqui a um ano nada se manterá como hoje. A situação não estabiliza. Daqui por um ano tudo será transformado — ou no sentido do fascismo ou no sentido da Revolução Socialista. Quem estará dum lado, que estará do outro?

A 25 de Novembro houve um golpe da direita, com um compromisso de não interferência por parte das forças reformistas, que simultaneamente forneceram um pretexto à direita para actuar. Como resultado desejado por ambas as partes dá-se o desmantelamento da esquerda revolucionária militar. Daí em diante a direita galga terreno, lidera todo o processo e caminha rapidamente para formas fascizantes.

O golpe da direita vinha a ser preparado de longa data e existia há meses o comando militar que dirigiu as operações. Insete-se aliás num plano mais global das forças que concertadamente procuram impedir a tomada do poder pelos trabalhadores. Nesse aspecto, o episódio de Tancos e as tomadas de posição nas assembleias de armas são a primeira parte de uma caminhada rápida da reacção de ma-

neira a congregar todas as forças militares conservadoras ou claramente de direita. Podemos dizer que em Maio era possível congregor os militares chamados «operacionais» à volta de ideais programáticas revolucionárias e que em Agosto isso já não era possível, mercê de um trabalho da direita extremamente eficaz e mercê da política governamental reformista, baseada na conciliação de classes do ponto de vista económico e no autoritarismo e no sectarismo do ponto de vista de informação e organização social.

As forças conspiradoras da direita levaram a cabo um trabalho de sapa no seio da FA de modo a mobilizar para a direita o máximo de oficiais, na base de motivos fáceis de explorar: a antipatia em relação ao PC, as rivalidades pessoais, os privilégios de casta e até as rivalidades de armas. Feito

este trabalho de sapa, o «Documento dos Nove» foi o termómetro para avaliar os resultados.

É paralelamente a este trabalho político dentro das FA que começa a haver um outro trabalho de conspiração, tendente a organizar um golpe de direita.

Mas este golpe nunca teria sido vitorioso (dado o estado das unidades militares) se não tivesse havido um compromisso prévio do reformismo, garantindo a neutralidade de certas unidades.

É natural que os soldados dos Comandos da Amadora, ou mesmo o Comando, pensem que foram eles que ganharam esta batalha... mas não foram. Esta batalha foi ganha anteriormente e num lugar diferente dos quartéis, à mesa das conversações. A ninguém pode passar pela cabeça que uma só unidade, mesmo bem treinada pode conquistar uma cidade, para não dizer um país. Seria louco pela parte da direita fazê-lo, se não tivesse garantias prévias. A neutralidade dos Fuzileiros e da restante Marinha, a rendição do comando do Ralis, foram os dados necessários e suficientes para o triunfo do golpe da direita.

Mas houve mais: tal como no 11 de Março a direcção reformista tinha conhecimento de uma conspiração de direita e foi capaz de a despoletar e fazer antecipar para, na vitória sobre a direita, ganhar lugares e trunfos, também no 25 de Novembro, ao inverso, o aparelho policial da direita tinha

conhecimento de determinadas acções que o reformismo podia desencadear e foi capaz de as desencadear, para assim ter um pretexto, de modo a apresentar o golpe como um contra-golpe.

Mas como o que interessava à direita era liquidar a esquerda revolucionária militar e as unidades com essa orientação, a versão oficial foi a de que os «aventureiros» da esquerda revolucionária tinham feito um golpe e os «democratas» se viram obrigados a «dominar essa sublevação». Idêntica é a interpretação do secretário-geral do PCP no seu discurso do Campo Pequeno, onde fala nos «oficiais sublevados» referindo-se aos primeiros e nos «oficiais que dominaram a sublevação» referindo-se aos segundos. E tanto na versão oficial, como na versão deste secretário-geral chovem as designações de «aventureiristas» e «putchistas» em relação aos revolucionários.

Foi, portanto, montada uma grande provocação que nós temos comparado ao incêndio de Reitchag — assim provocaram os nazis um incêndio no Reitchtag, em Berlim para depois acusarem os judeus e os comunistas e justificarem a repressão.

A esquerda revolucionária

A esquerda revolucionária não tem portanto nada a ver com toda esta engrenagem que tem muito mais de policial do que militar, mas que pro-



25 De Novembro — um golpe na organização dos soldados nos quartéis

• UM ANO DEPOIS

porcionou uma vitória militar de direita. Não pode haver nenhuma prova, nenhum documento de que a esquerda revolucionária militar ou civil, estivesse envolvida nestas várias conspirações. É de resto ridículo falar em golpe de esquerda, quando é claro e evidente que não havia comando militar de esquerda. E também é claro e evidente que havia um comando de direita, solidamente constituído e que operou com a maturidade de uma organização constituída há muito. O golpe de direita do 25 de Novembro assenta aliás como uma luva no «plano dos coroneis» de há muito conhecido. A hipocrisia e a desvergonha com que depois se fala de golpe de esquerda lembra bem as «desculpas» salazaristas e caetanistas quando as «forças da ordem» se «viam obrigadas» a reprimir.

Quanto ao papel que a esquerda revolucionária teve nos acontecimentos, é o papel que diz respeito a uma resposta a um golpe de direita. Pelo nosso lado estivemos sempre em cima dos acontecimentos e procurámos dar-lhe uma resposta de massas. Já na madrugada de 24 para 25 e em consequência das várias acções da direita — barragens na região de Rio

vembro. Há que compreender quais as implicações da direcção reformista nesse gravíssimo momento. E há que, friamente, perceber quais as razões daquilo a que se passou a chamar «traição reformista».

É curioso que a social-democracia tem interpretado publicamente aquilo a que se chama «traição reformista», dizendo que a esquerda revolucionária acusa o toque do recuo do PC, como se esse partido e a esquerda revolucionária andassem metidos juntos nalgum «complot» e que ele «traísse» a combinata. Não é isto. Nam tão pouco quando se fala em traição nos referimos a essa coisa vergonhosa que é a desmobilização geral a que o PC tentou levar os seus militantes e os trabalhadores em geral durante os dias que rodearam os acontecimentos do 25 de Novembro. Isso é reformista, não é revolucionário, mas ainda não é aquilo a que chamamos «traição». A traição consiste em qualquer coisa anterior ao golpe de direita e com ele coincidente e que permite que este seja vitorioso. Claro que poderá parecer extremamente simplista e fantasmagórico dizer que o reformismo estava feito com a direita e que andaram os dois de braço

(e não havia outra possível nos últimos meses) o poder de transição seria um poder revolucionário e os trabalhadores (com os seus órgãos de poder eleitos) teriam largo acesso ao mando administrativo e militar. Enfim, os trabalhadores teriam armas... Todo este conjunto de características, muito desejáveis para um partido revolucionário, são matéria totalmente a rejeitar por qualquer partido reformista, neste caso o PC. A direcção deste partido tinha a certeza que em caso de insurreição perderia totalmente o controlo dos trabalhadores e do poder. Que correria a breve trecho para o seu desaparecimento como partido, para o seu suicídio.

A escolha que o PC fez

Impossibilitado de ter o poder só para si ou de sustentar qualquer espécie de poder militar como pretendia sustentar entre o 11 de Março e as eleições (e que a prática lhe demonstrou que era insustentável), o PC teve que escolher entre dois males: ou a insurreição armada ou a negociação com a social-democracia e a direita. Rejeitada a primeira hipótese, porque ela representava a sua destruição como partido e uma alteração na geografia política europeia, que fugia aos quadros do reformismo, tinha que enveredar pela segunda. Do mal o menos... Esta segunda hipótese possibilita a sua continuação como partido, e mais do que isso, como partido do poder. À boa maneira reformista, encontra-se uma tática em que se sabe perder alguma coisa para não perder tudo. Claro que esta política não é decidida simplesmente na cabeça de uns senhores de Lisboa, mas passou pela Conferência de Helsinquia e pelas conversações internacionais, acerca das quais os trabalhadores portugueses (verdadeiros agentes do processo e vítimas das manobras) nada sabem. Há portanto uma política de conciliação e colaboração de classes que ultrapassa em muito a cena política portuguesa. Os trabalhadores portugueses, os revolucionários políticos e militares, foram jogados como peões, neste mundo de armas nucleares, de manobras diplo-

máticas, que já não tem nada a ver com o mundo que Marx ou Lenine conheceram. Mas que, apesar de tudo isso, oferece incomparavelmente mais possibilidades para a revolução socialista do que as que existiam para a Rússia de 1917, isolada no seio do mundo imperialista.

Era portanto fácil supor que a direcção do PC tentaria por todos os meios evitar a insurreição (e contámos sempre com isso), mas era difícil imaginar que a traição revestisse as formas que revestiu. A direcção do partido reformista empenhou-se na política das negociações, das «diligências», como eles dizem, e por fim quis apenas marcar uma posição de força para negociar. Como todos os oportunistas perdeu mais do que aquilo que supunha. A direita esperava apenas um bom pretexto para galgar sobre o PC e mesmo sobre os «nove» que foram rapidamente ultrapassados.

Se formos ver militarmente em que pontos é que se situou a traição reformista, encontraremos o seu reflexo ao nível das forças por ela inteiramente influenciadas, que foram os comandos da Marinha e um ou outro caso chave do Exército. E todos sabemos que a neutralidade da Marinha (que assim desamparou os pára-quadistas a quem tinham sido feitas outras promessas) foi decidida a alto nível dos seus responsáveis, contrariando os marinheiros e fuzileiros tanto de Vale de Zebre, como de Alfeite, como de Vila Franca e contrariando as decisões dos próprios órgãos do MFA da Marinha.

Por fim e para culminar, a direcção do PC interpreta o golpe aceitando a versão oficial e o seu secretário geral faz o discurso do Campo Pequeno falando nos «oficiais sublevados» (os da esquerda) e nos que «dominam a sublevação» (os da direita) e chamando aos primeiros «aventureiristas», «putchistas», impacientes, etc. e convida uns e outros à conciliação.

Enfim, consuma-se o acto. Sacrificam-se cinicamente os militares revolucionários, sacrificam-se alguns militares reformistas e depois organizam à boa velha maneira umas comissões de solidariedade com os presos (matam e fazem o enterro). E a vida continua.



25 de Novembro — Salgueiro Maia marcha sobre Lisboa...

Maior, explosão do Emissor Regional de Chaves, ameaça do corte de abastecimento de luz a Lisboa — prenunciadores de uma acção concertada da direita — fizemos um comunicado conjunto com outra organização da FUR, apelando à concentração nos locais de trabalho e apelando à resposta das massas aos actos da direita. Nos dias que se seguiram podemos dizer que fizemos efectivamente um esforço no sentido de mobilizar os trabalhadores e dos resultados disso houve demonstrações evidentes por todo o país, desde Viana do Castelo a Faro, passando por Marinha Grande, Setúbal, etc., onde realmente os trabalhadores sabem que estivemos na vanguarda da mobilização.

É verdade que por quase todo o país esta mobilização foi contrariada, combatida ou mesmo denunciada pelas direcções locais do PC, que em todo o lado mandava os militantes para casa.

O papel do PC

Mas é obrigatório analisar o porquê deste comportamento do PC durante os acontecimentos do 25 de No-

vembro. Há que compreender quais as implicações da direcção reformista nesse gravíssimo momento. E há que, friamente, perceber quais as razões daquilo a que se passou a chamar «traição reformista».

É curioso que a social-democracia tem interpretado publicamente aquilo a que se chama «traição reformista», dizendo que a esquerda revolucionária acusa o toque do recuo do PC, como se esse partido e a esquerda revolucionária andassem metidos juntos nalgum «complot» e que ele «traísse» a combinata. Não é isto. Nam tão pouco quando se fala em traição nos referimos a essa coisa vergonhosa que é a desmobilização geral a que o PC tentou levar os seus militantes e os trabalhadores em geral durante os dias que rodearam os acontecimentos do 25 de Novembro. Isso é reformista, não é revolucionário, mas ainda não é aquilo a que chamamos «traição». A traição consiste em qualquer coisa anterior ao golpe de direita e com ele coincidente e que permite que este seja vitorioso. Claro que poderá parecer extremamente simplista e fantasmagórico dizer que o reformismo estava feito com a direita e que andaram os dois de braço



... o Ralis defende-se. Hoje, Salgueiro Maia «marcha» para os Açores

e a actualidade nacional

O PROJECTO DA CANDIDATURA DE OTELO FOI TRAÍDO

Realizou-se no último fim-de-semana na Amadora o Congresso dos GDUP. Há muito que vinha sendo sentida a necessidade de realização de um Congresso onde fossem definidas as estratégia e a tática do MUP mediante uma profunda análise da situação económica, política e militar, onde fossem clarificadas divergências e contradições que se têm vindo a manifestar de forma cada vez mais aguda, não só nas estruturas dirigentes do movimento (CNPUP principalmente onde as forças reformistas da UDP/PCP (R) se escusavam constantemente à discussão de fundo), mas também ao nível dos GDUPs de fábrica, bairro e empresa.

No entanto a realização deste Congresso neste momento e nas condições golpistas em que foi feito, estava condenado à partida.



O CONGRESSO DEMOCRACIA DOS TRABALHADORES?

Logo na sexta-feira à noite no início do Congresso, aquando da saudação aos congressistas, a CNUPOP referiu-se à necessidade dos trabalhos decorrerem segundo a democracia dos trabalhadores.

Foi exactamente essa democracia que esteve ausente do Congresso do primeiro ao último dia:

O regulamento e a ordem de trabalhos foram votados e aprovados em cerca de 5 minutos sem dar tempo sequer à discussão.

Apesar de serem necessários 20 assinaturas de delegados para poderem ser consideradas, foram várias as moções (de apoio ao MPLA à FRELIMO, aos trabalhadores em luta e ao avanço da Reforma Agrária) que, embora de acordo com o imposto no regulamento, não foram divulgadas pela mesa. O mesmo se passou no que se refere a pontos de ordem e requerimentos.

Também no que se referiu às inscrições o mínimo que se pode dizer é que foram «seleccionadas» pela mesa de redacção e pelos piquetes da ordem.

OS ANTECEDENTES

Na realidade, na própria semana da realização do Congresso o PRP e o MSU, duas das organizações políticas apoiantes da candidatura do general OteLO, retiraram as suas delegações da CNPUP e das Comissões Distritais e desvincularam-se da organização do Congresso. No entanto quer o PRP quer o MSU apresentaram claramente as razões porque tomavam tal atitude: O facto de neste Congresso tal como estava planeado não se ir clarificar nem ultrapassar nenhuma das principais questões que se põem ao Movimento Popular — A tónica era posta sobre a discussão de um programa de luta e duns estatutos e na eleição de uma nova Comissão Nacional, não se sabe segundo que critérios, e não sobre a discussão e definição de uma clara linha política estratégica e tática e na criação da consequente estrutura organizativa que permitisse construir uma alternativa revolucionária ao fascismo em Portugal.

Também vários GDUPs ao longo de toda a semana e em discussões feitas em plenários tomaram identica posição, retirando os seus delegados ao Congresso.

GDUP DA FEIS (MARINHA GRANDE)

«O GDUP da FEIS repudia energeticamente a forma como o Congresso está a ser discutido pois yente-se traído pela CNPUP que nem as teses mandou para a distrital.

Considerando que tudo o que se fizer no Congresso é feito sobre o golpismo e não discutido pelas bases pois as teses não foram por elas discutidas.

Consierando que a Unidade que propomos e ambicionamos está em perigo. Considerando que isto se torna mais grave pois avizinham-se as eleições para as autarquias e haverã especulações que se irão espelhar nas mesmas eleições.

O GDUP da FEIS considerando tudo isto vem por este meio repudiar o Congresso e tudo o que nele se aprovar pois a unidade vem das bases e não das cupulas».

GDUP DE S. ROQUE DE LAMEIRA

«Considerando:

— Que os delegados ao Congresso foram eleitos com a condição de levarem a opinião dos GDUP e não a opinião pessoal de cada um.

Que não há teses para serem discutidas e se tomar uma posição clara sobre elas conforme deveria ser.

Que já estamos alertados para as possíveis manobras que possam vir a ocorrer no Congresso, comparantes às ocorridas nas eleições para as Comissões Concelhã e Distrital do Porto.

Comunicamos:

Os três delegados eleitos do GDUP, assim como os dois suplentes, por decisão da maioria dos activistas, não paticiparão no Congresso dos GDUPs (19/11/76)».

Da extensa lista de GDUP que tomaram já uma posição pública sobre a realização do Congresso salientamos ainda os de Aregea, do Banco Borges e Irmão (Porto) da freguesia de Pedroso (Vila Nova de Gaia) dos Agentes de Navegação, Transitários, Tráfego, Viagens e TAP, da Quinta da Calçada e da Parede.

As questões acima levantadas não foram debatidas e analizadas durante o Congresso, antes pelo contrário, foram calunoados e apelidados de inimigos da Unidade Popular e boicotadores do Congresso todos quantos, tentaram abordar questões de fundo que punham em causa as intensões da facção ai dominante.

No entanto estava bem claro nas suas declarações que qualquer destas organizações e estruturas estava interessada na construção de um verdadeiro Movimento de Unidade Popular continuador do projecto inicial da Candidatura do Camarada OteLO.

HÁ QUE CONTINUAR A LUTAR POR ELE



Continuação da pag. 6

Houve um policiamento nítido por parte dos piquetes de ordem, todos afectos à linha UDP/PCP (R), aos elementos que defendiam as posições minoritárias que foi desde a intimidação à provocação propriamente dita.

O COMÍCIO

Sábado de manhã entrou-se no ponto de discussão da situação política. O ambiente de Comício que tinha sido iniciado na véspera com a saudação de Acácio Barreiros, representante da UDP, consecutivamente interrompido pelos frenéticos aplausos da assistência aprofundou-se no decorrer desta sessão em que as palavras de ordem sistematicamente lançadas por aquilo que poderíamos chamar o comité de agitação da UDP/PCP (R), a emoção e a deturpação das alternativas apresentadas substituíram completamente a discussão calma e séria.

De nada serviram as chamadas de atenção de alguns delegados sobre o carácter demagógico das intervenções e de fuga às questões fundamentais. «Aquilo que tinha que ser aprovado, foi aprovado». A hegemonia da UDP/PCP (R) no Congresso impôs-se não pela discussão mas pelo

valor dos números, pelo voto.

O clima emocional anteriormente criado manteve-se durante a discussão do programa de luta. O triunfalismo foi total e não foi sequer focado o porquê do fraquíssimo-papel que os GDUP tinham tido na dinamização das organizações populares de base, nos casos em que — e isto verificou-se inúmeras vezes de norte a sul do País — não entraram em claro conflito com as organizações autónomas dos trabalhadores. Qual o papel que ao longo de todos estes meses os GDUP tiveram no desencadear de lutas concretas dos trabalhadores na fábrica, no bairro, na aldeia? Porque terão milhares de camaradas apertados activistas dos GDUPs abandonado esta estura? Porque será que em zonas em que a campanha eleitoral para a presidência do camarada Oteló foi vitoriosa, como por exemplo no Alentejo, os GDUPs se encontram hoje praticamente reduzidos a células da UDP/PCP (R)?

Foram todas estas questões que iriam desmascarar a prática reformista sectária e golpista da UDP ao longo de todo o processo que foram totalmente escamoteadas.

O clima de golpismo e de conclusões prefabricadas do Congresso ficou bem demonstrado na discussão do ponto seguinte — MUP natureza e objectivos — em que para que fossem cumpridos acordos prévios entre organizações foi necessário que um destacado dirigente da UDP, depois de ter calorosamente defendido uma



alternativa viesse, minutos mais tarde dizer que se tinha enganado e que defendia a outra alternativa.

DIRECÇÃO POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA PARA O MUP?

Foi nestas condições de falta de definição de uma clara linha estratégica e tática para o MUP, de golpismo sucessivo, que foi apresentada uma lista única para a direcção nacional do MUP, resultante de acordos prévios entre o MES e a UDP. Lista essa que apesar dos esforços para apresentarem como sendo de unidade não passa de uma lista de compromissos na qual a tão apreguada (no Congresso) hegemonia operária foi substituída pela hegemonia partidária.

Só nestas condições de abandono total de uma política revolucionária se compreende que, e apesar disso ter sido denunciado no Congresso, tenham sido eleitos para a direcção deste movimento indivíduos que traíram na PIDE denunciando toda uma série de camaradas.

O espírito revolucionário do projecto de candidatura de Oteló à presidência, expresso nas suas bases programáticas, foi mais uma vez completamente desvinculado. Há que lutar para que esse projecto revolucionário inicial seja retomado. Há que lutar em todos os GDUPs verdadeiramente inseridos nas lutas dos trabalhadores e onde se pratica democracia proletária para que a única alternativa revolucionária ao fascismo em Portugal — a tomada do poder pelos trabalhadores — seja uma realidade. A Luta Continua.

CONTROLO DAS ESTRUTURAS

Em relação ao ponto dos estatutos é curioso notar a contradição entre, por um lado, a amplitude dos GDUPs que segundo foi aprovado deverão ser estruturas abertas a todo o povo confundindo-se com ele, em que os seus activistas não terão obrigação de se empenhar em todas as iniciativas por ele permitidas mas simplesmente aceitar de forma passiva um programa e uns estatutos, e por outro, a impossibilidade de controlo e de intervenção nas estruturas dirigentes.

Na realidade foram consecutivamente derrotadas todas as propostas que pretendiam facilitar essa intervenção: Foi recusada a existência das coordenadoras de freguesia, de zona e concelhias; a possibilidade de organização sectorial, que a percentagem de delegados de direito próprio ao congresso (Comissão Nacional, Comissões Distritais e Concelhias) nunca ultrapassasse um sexto do total (em vez de um terço previsto); que para a convocação do Congresso bastasse um terço das distritais (em vez da metade prevista); e por fim foi inclusivamente recusado que se fizesse uma acta do Congresso que fosse distribuída aos GDUPs para discussão e análise.



A DIREITA AVANÇA E IN

Contra o fascismo organizar a unidade

O imperialismo prepara em Portugal um novo «28 de Maio» para poder levar a cabo a recuperação capitalista. Por isso, a avançada da direita nas Forças Armadas é assustadora e trás para um campo de aliança com o proletariado sectores de oposição moderada dentro do próprio Poder.

A investida político-militar contra o PRP enquadra-se nesta avançada de direita. A isto temos que opor, um Movimento de Unidade, que continua por criar, como organização realmente unitária e revolucionária. Por isso, o PRP continua disposto à criação dum MUP revolucionário.

1. A burguesia em Portugal para dominar e para levar a cabo realmente a recuperação capitalista necessita de exercer um tal grau de exploração sobre os trabalhadores que não poderá ser executado sem o apoio de uma forte repressão.

É demonstrativo disto o desenrolar dos acontecimentos no sector dos têxteis, onde se tem travado uma luta muito dura contra o patronato em todo o país. Mas são ainda mais de realçar lutas como a dos professores, travadas em sectores que, pela sua condição de classe, prestam habitualmente apoio a governos social-democratas. Mas efectivamente as condições em que este governo se vê

obrigado a exercer o seu poder levam imediatamente a uma posição de resistência activa por parte dos trabalhadores. Resistência activa que toma um carácter mesmo eficaz, dada a existência de liberdades conquistadas ao longo deste processo e que servem os trabalhadores — liberdade de reunião, liberdade de expressão, liberdade de associação, liberdade de manifestação. E enquanto que os regimes de Democracia Burguesa, pela sua situação económica, comportam estas liberdades, sem que isso atinja o sistema, em Portugal, tal não é possível. É visível que na situação actual a economia não entra em fase de desenvolvimento capitalista, a burguesia recupera administrativamente, mas não recupera financeiramente, o regime não estabiliza.

Por isso a burguesia, ou mais precisamente, o imperialismo, necessita de exercer em Portugal um Poder que acabe com essas liberdades e conquistas dos trabalhadores, ganhando, portanto, possibilidade de levar a cabo uma super-exploração do trabalho, que torne possível a recuperação capitalista. Por isso, o imperialismo prepara em Portugal um golpe de força, um novo «28 de Maio».

A colocação deste governo em posições cada vez mais à direita não



«É assim que aqueles que fizeram o '25 de Novembro' contra a esquerda estão agora a sofrer as consequências do seu próprio acto»

lhes chega. A demissão de Lopes Cardoso, as posições assumidas por Barreto, Alegre e outros por mais anti-trabalhadores que sejam, não lhes chega. A burguesia precisa de mais e mais poder.

À semelhança do que acontece com as investidas no campo económico-social, a direita vem ganhando poder nas forças Armadas, de tal modo que se torna escandaloso para qualquer elemento minimamente anti-fascista. A nomeação do Coronel Sancho (que os militares do 25 de Abril se viram obrigados a prender porque se opunha ao Movimento) para Comandante do R. C. do Porto, a colocação do Coronel Morgado na direcção da Arma de Cavalaria e, em contrapartida, a transferência (de carácter punitivo) de três capitães anti-fascistas de Mafra para os Açores, a transferência de Pinto Pereira (afecto ao Presidente da República) para Santa Margarida, por ter criticado a actual situação, são apenas alguns desses factos escandalosos que demonstram o avanço da direita e que foram recentemente denunciados por Salgueiro Maia. De facto, quem está em causa já não são os militares revolucionários ou simplesmente tidos por progressistas, mas todos aqueles que não aceitam o fascismo. Por isso, os militares que se identificavam realmente com os «NOVE», enfim todos aqueles que são

moderados, mas que são anti-fascistas, estão a ser atingidos. E é assim que aqueles que fizeram o «25 de Novembro» contra a esquerda estão agora a sofrer as consequências do seu próprio acto.

É por isso também que neste momento ganham de novo importância as posições identificáveis com os «NOVE», pois elas já constituem um alvo do ataque da direita, já constituem uma oposição dentro do poder. É neste contexto que se inscreve o discurso de Melo Antunes na Comissão Constitucional e várias outras tomadas de posição do Conselho da Revolução, onde a ala identificada com os «NOVE» tem a maioria. Mas, paradoxalmente, temos de chamar Oposição a esta maioria do Conselho da Revolução, uma vez que este assenta sobre umas Forças Armadas onde a direita ganhou larga maioria ao nível de Comando. Há, portanto, uma guerra entre duas facções, que se desencadeou dentro do Poder e à qual os revolucionários não podem ficar indiferentes. Efectivamente esta Oposição moderada, que é objecto de grandes ataques da Direita, tem neste momento que escolher de que lado se coloca definitivamente. E a única saída, que lhes é possível para não serem esmagados eles próprios pelo fascismo, é colocarem-se do lado dos trabalhadores, do lado daqueles que lutam pela Revolução



«Por isso o imperialismo prepara em Portugal um golpe de força, um novo «28 de Maio»

INVESTI CONTRA O PRP

o e o capitalismo de revolucionária

Socialista.

O deslocar de todo este sector de militares para o lado dos que se opõem ao fascismo pode alargar sensivelmente, o campo de luta contra a direita, pode dar novos aliados ao proletariado.

2. É dentro deste quadro de avançada da direita, que nas últimas semanas se verificou uma investida político-militar contra o PRP, montada em várias frentes e com diversos objectivos. Desta investida resultaram buscas em casas de militantes ou activistas do PRP e do Movimento de Unidade Popular; e resultou a prisão de um militante e o interrogatório de mais três. Tudo isto se fez acompanhar de uma onda de boatos e calúnias; tendentes a estabelecer um clima de intocação acerca do PRP. Destes boatos e calúnias foram veículo os reformistas do PCP como é hábito. Mas, mais grave do que isso eles encontraram eco em organizações ditas da esquerda revolucionária, organizadas nos GDUPs, fazendo a direcção duma delas (a UDP) um trabalho sistemático de boato sobre o PRP, do qual foram contadas calúnias provocatórias e policiais em todo o país, procurando assim envolver-nos numa provocação que nos foi montada. A que ponto pode chegar o sectarismo e a partidante,

que já não têm nada a ver com a defesa de objectivos revolucionários, nem sequer com a defesa de uma ideologia determinada, mas apenas com um clubismo, que é tanto mais baixo e trágico quanto o fascismo está a avançar a olhos vistos!

3. É no contexto acima referido que o PRP retirou a sua delegação na CNPUP e não participou enquanto Partido no Congresso dos GDUPs. Isto porque a situação que se vivia ultimamente a nível da CNPUP e de muitas distritais e GDUP, era a de uma traição objectiva às lutas dos trabalhadores, aos métodos e objectivos definidos pela campanha à Presidência do Camarada Otelo. Em vez da ligação às lutas concretas dos trabalhadores privilegiando o papel das organizações populares de base, e em vez do princípio da democracia dos trabalhadores no seio do Movimento, foram sendo veiculadas práticas e métodos reformistas e stalinistas. Do projecto do socialismo de base e da solidariedade internacionalista nem falar. Entrava-se numa degradação quase geral daquilo que foi a esperança e a luta das centenas de milhar de portugueses que votaram Otelo.

Um debate sério sobre a situação política, a definição de uma estratégia e tática para o Movimento foram sen-



«...a situação que se vivia ultimamente a nível da CNPUP e de muitas distritais e GDUP, era a de uma traição objectiva às lutas dos trabalhadores, aos métodos e objectivos definidos pela campanha à presidência do camarada Otelo»

do sucessivamente adiados e as teses dos próprios GDUPs não foram objecto de discussão a nível geral. Por último, com a oposição de fundo do PRP, aprovou-se a realização de um Congresso de âmbito reduzido ao campo programático à aprovação de uns estatutos e de uma direcção. O PRP, como organização política revolucionária, não podia dar por mais tempo cobertura às graves distorções introduzidas nos objectivos e na prática dos GDUPs. O PRP não podia dar cobertura a um Congresso que se realizou nas condições em que este se verificou.

O PRP retirou a sua delegação na CNPUP e nas distritais, não esteve oficialmente presente no Congresso, mas deu orientação aos seus militantes para que respeitassem compromissos assumidos em estruturas democráticas nos GDUPs.

O Congresso dos GDUP foi o que se viu. Foi o prosseguir e aprofundar dos graves erros cometidos nos últimos tempos no seio de grande parte das estruturas dos GDUPs. Foi o culminar das traições às lutas e à democracia dos trabalhadores. Por isso, o PRP não reconhece nenhuma das resoluções saídas desse Congresso, nomeadamente a CNPUP. O PRP lutou e continuará a lutar pela reposição dos princípios, traídos, por um MUP

revolucionário, nunca consentido submeter-se a estratégias reformistas-stalinistas em nome da unidade: O PRP continua nos GDUP e outras estruturas onde haja condições para um trabalho revolucionário de massas e se pratique a democracia dos trabalhadores.

Os militantes do PRP procurarão lutar lado a lado com todos aqueles camaradas que, não estando integrados nos GDUPs, aplicam no dia a dia as linhas gerais do programa libertador de Otelo, com todos aqueles camaradas dos GDUPs, que reconhecendo o carácter golpista deste Congresso, se recusaram a participar nele, combatendo-o de fora, e com todos os camaradas que, por mandato, ou porque julgavam mais útil, tentaram estabelecer o debate, fazer a crítica e alterar um grave estado de coisas através do próprio Congresso.

O PRP, dentro e fora dos GDUPs, nos mais diversos locais e aos mais diversos níveis, prosseguirá uma luta intransigente pela construção da alternativa revolucionária ao fascismo.

MORTE AO FASCISMO
EM FRENTE POR UM MUP REVOLUCIONÁRIO
EM FRENTE PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA



«O Congresso dos GDUP foi o que se viu. Foi o prosseguir e aprofundar dos graves erros cometidos nos últimos tempos no seio de grande parte das estruturas dos GDUP»

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO CAMPO NO NORTE

O Campesinato do Norte é composto por 3 camadas sociais:

a) Pequenos Proprietários que têm de sua alguma terra;

b) Os rendeiros ou caseiros, que trabalham por conta deles em propriedades de médios ou grandes proprietários, que de seu nada têm, salvo alguns instrumentos de trabalho e por vezes algumas cabeças de gado;

c) Os assalariados agrícolas que trabalham à jorna, ou ao mês, por conta de outrem.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Nenhuma destas camadas que compõe o campesinato, tem garantias sociais iguais, quanto a estabilidade do seu trabalho em comparação com os operários da indústria.

PEQUENOS PROPRIETÁRIOS

Os pequenos proprietários cultivam por sua conta própria, muitas vezes sem qualquer recurso a máquinas, as suas culturas; o seu gado, estão sujeitos aos caprichos da natureza (epidemias no gado, as secas, as tempestades), não têm qualquer seguro para si, para o seu gado ou para as suas colheitas. Os créditos bancários ou de outro tipo qualquer, estão-lhe vedados pelas exigências de garantias (juros incompatíveis com os lucros), quase não têm assistência social, na maioria das vezes morrem na miséria e cheios de dívidas. Os seus filhos são na maioria arrastados para a indústria ou para o comércio.

OS CASEIROS

Os caseiros trabalham para o senhorio e pagam-lhe o aluguer da terra com produtos da terra (metade da colheita, três quartos, etc.), ou ainda uma renda fixa em produtos da terra. Ultimamente já alguns pagam em dinheiro, segundo a Lei do Arrendamento Rural. Os instrumentos com que trabalham a terra ou são deles ou do senhorio, o gado grosso normalmente é do senhorio, salvo raras excepções. As condições de segurança das colheitas e do gado são iguais às dos pequenos proprietários, assim como a assistência social. A subsistência do caseiro está dependente das colheitas, pois não tendo nada de seu, se a colheita se perde, passa fome, ao contrário do pequeno proprietário que se perder as colheitas pode hipotecar a terra para obter dinheiro para comer.

O ASSALARIADO AGRÍCOLA

O assalariado agrícola trabalha em condições iguais ao operário da fábrica, isto é, recebe um salário na maioria das vezes insuficiente para poder subsistir. O seu pagamento é ao dia, à quinzena ou ao mês, o assalariado agrícola não tem C.C.T. e as suas con-

dições de trabalho são péssimas; não tem seguro contra os acidentes de trabalho; a sua assistência social é igual à dos caseiros e dos pequenos proprietários.

As condições de exploração de todos estes trabalhadores são diferentes:

— O pequeno proprietário é explorado pelos intermediários que lhe compram barato para vender caro na cidade, servindo-se do seu poder de crédito.

— O caseiro é explorado pelo proprietário da terra que trabalha, a quem tem de dar uma parte do seu trabalho, como forma de pagamento da terra que ocupa, e pelo intermediário, a quem vende a parte que lhe cabe dos produtos por ele fabricados.

— O assalariado agrícola é explorado tal como o operário da fábrica, através da venda da sua força de trabalho.

COMO ARRASTAR OS CAMPONESES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE SOCIALISTA

Tendo a noção da sua exploração, os camponeses sabem que só numa sociedade igualitária ou seja uma Sociedade Socialista, poderá acabar com a sua exploração, a miséria, e poder dar uma educação eficiente aos seus filhos; só uma sociedade socialista lhe poderá garantir uma velhice sem fome, um trabalho mais fácil, com a mecanização da agricultura; só na luta por uma sociedade socialista os caseiros poderão impôr a expropriação da terra que trabalham e que todo o produto por eles fabricado lhes pertença.

Só na luta por uma sociedade socialista, os pequenos proprietários conseguem condições de crédito compatíveis, para se poderem associar em cooperativas e acabar com os intermediários e poderem utilizar as modernas técnicas de cultivo, com emprego de máquinas adequadas.

Os assalariados agrícolas, tal como os operários fábrís, são mais fáceis de trazer para a Revolução; nada têm a perder, nada têm que lhes pertença; como produtores de mais-valia, só têm a ganhar lutando por uma sociedade socialista.

QUAL O PAPEL DOS CAMPONESES NA REVOLUÇÃO

Os Camponeses constituem uma parte importante do trabalho da Produção, e, conseqüentemente, da Revolução.

Devido ao seu isolamento, ao seu elevado índice de analfabetismo, são facilmente manobrados pelos caciques locais reaccionários e, por vezes, acontece os camponeses tomarem posições contra-revolucionárias.

Dispersos como estão, aos camponeses, é-lhes difícil reunirem-se para

poderem debater os seus próprios problemas e estudarem formas de luta que lhes permita reivindicar melhorias de vida.

No campesinato é elevado o grau de analfabetos, que em parte é devido:

a) Nos caseiros, porque são obrigados a recorrer-se da família para poderem cultivar as terras, pois não lhes é possível contratar assalariados, devido aos encargos que daí advem, e acontece que os seus filhos têm que por vezes abandonar a escola para ajudar os pais no trabalho da terra;

b) Nos assalariados agrícolas, sujeitos como estão à lei da oferta e da procura (trabalho incerto), os seus filhos começam a trabalhar cedo para ajudar à manutenção da casa de família;

c) Nos pequenos proprietários a percentagem de analfabetos é menor, pois conseguem substituir a família por assalariados agrícolas, à jorna.

Estas condições não são naturais, são forçadas, pelas classes dominantes no Poder, que lhes interessa manter esta situação para por vezes se servirem dos camponeses contra os seus irmãos de classe, os operários das cidades.

O Fascismo sempre jogou com a exploração desumana dos camponeses, mantendo alguns produtos agrícolas de primeira necessidade a preços baixos, com vista a impedir que as massas trabalhadoras das cidades travassem grandes lutas contra o regime.

Hoje, a reacção diz que os operários das cidades ganham bons ordenados e vivem à custa do trabalho dos camponeses, que continuam a viver na miséria. O que é verdade é que os camponeses continuam a vender os seus produtos baratos e nos mercados da cidade os preços não param de subir, resultante dos intermediários.

QUAL A ALTERNATIVA

Dentro de uma perspectiva de luta pelo socialismo, é importante retirar à reacção uma parte da sua base social que a tem apoiado (como disse atrás, por vezes inconscientemente), ou seja o campesinato do Norte.

É necessário desenvolver ao máximo a troca directa entre a cidade e o campo, permitindo que os camponeses ponham de lado os intermediários parasitas e tenham um contacto directo com as massas trabalhadoras mais politizadas; é importante incentivar e apoiar a organização dos camponeses na base das necessidades da produção e da troca directa, tendo como forma de organização as Cooperativas, C.A. e Sindicatos Agrícolas ou qualquer outro tipo de organização de base.

Só com o avanço da organização dos camponeses será possível melhorar as suas condições de trabalho, e de vida; conseguir condições de arrendamento justas para os caseiros, segurança do gado e das colheitas e ultrapassar o tradicional individualismo que as suas condições de trabalho lhes impõe e que a direita reaccionária aproveita.

Os trabalhadores da cidade têm que encarar como seus aliados, os camponeses pobres no norte (pequenos proprietários, caseiros e assalariados), têm que escrever nos seus programas de luta o fim da miséria dos camponeses.

Por vezes, as actividades culturais são um excelente meio de contacto com os camponeses.

O SOCIALISMO É OBRA DE TODOS OS EXPLORADOS DA CIDADE E DO CAMPO

GDUP — AMARANTE



T.L.P.

GREVE SUSPENSA

1 — O COMEÇO DA LUTA

Os trabalhadores dos TLP lutam pela revogação do Decreto 789/75 desde Fevereiro de 1976.

No dia 16 desse mês realizou-se um plenário no qual foi decidido não aceitar e repudiar a Portaria 280/74 de 16 de Abril e o Decreto-Lei 784/75 de 31 de Dezembro de 1975. Foi ainda apontado que a CT-TLP e a CT da Caixa de Previdência dos TLP analisassem o problema da Caixa de Previdência dos TLP, com vista à resolução a curto prazo de problemas de vária ordem, tais como:

Descontos que já eram feitos para a CNP, saldos da Caixa e integração dos serviços da Caixa de Previdência dos TLP na estrutura orgânica da empresa.

Foi apontado como forma de reforço e unidade para a luta que a CT e os sindicatos da empresa contactassem outras empresas com o mesmo problema para alargar a luta a outros trabalhadores.

Foi realizado um plenário inter-empresas no mês de Abril depois de várias reuniões da CT-TLP com os representantes das outras empresas com o fim de alargar o esclarecimento sobre o Decreto-Lei 784/75 e de mobilizar os trabalhadores. Neste plenário foi aprovada a realização de uma manifestação inter-empresas no dia 11 de Maio de 1976.

Nessa manifestação frente ao MAS (Ministério dos Assuntos Sociais) criaram-se várias divergências entre os representantes dos trabalhadores das várias empresas que acusaram a CT-TLP de sectarista e querer comandar a luta das várias empresas. A CT-TLP por sua vez acusou os representantes das outras empresas, de traidores, oportunistas e conciliadores e de se aproveitarem da manifestação para tentar negociar nas costas dos traba-

lhadores.

Dai o motivo de tanto tempo de desmobilização, do afastamento da CT-TLP da frente de Luta e do aparecimento dos TLP isolados.

A GREVE

No dia 4 de Novembro de 76 foi marcado um plenário no pavilhão dos Desportos que teve como objectivo a procura das formas de luta a aplicar. Foi então aprovada uma proposta de paralização progressiva. Esta embora não tivesse a aderência de todos os sectores dos TLP veio efectivamente a processar-se da seguinte forma: 16 de Novembro — 1.º dia — uma hora de paralização no início do trabalho; 2.º dia, duas horas de paralização; 3.º dia, 4.º, 5.º e 6.º dias paralização total do primeiro período de trabalho; a partir do 7.º dia (22 de Novembro) entrava-se na paralização total.

A proposta apontava ainda para que toda a luta fosse dirigida pela CT/TLP, aparecendo assim um plano de luta feito pela CT/TLP onde são criados 5 comités de greve móveis cada um deles encabeçado de um elemento da CT, verificando-se mais tarde que foram um fracasso pois nos TLP existem mais de 100 locais de trabalho e estes piquetes não conseguiram ir a todos os locais onde a sua presença era reclamada para esclarecimento dos trabalhadores sobre a confusão gerada com a saída da nota oficiosa do MAS.

Por outro lado o plano de luta definiu que as messes, a cantina e a secção de processamento de vencimentos deviam continuar a funcionar normalmente.

Porém no dia 19 de Novembro de 76 é suspensa a greve.

A não aderência de um significativo número de trabalhadores, uns mal esclarecidos, outros porque a sua li-

nha reformista os levava a não cumprir as decisões dos plenários, mas a defender os seus interesses partidários, outros porque não consideram a CT representativa dos interesses dos trabalhadores e ainda a má mobilização feita pela CT, levaram a que a pedido de vários locais de trabalho a CT fizesse um plenário com o fim de estudar a situação da greve. Na manhã do dia 19 realizou-se então o plenário nas instalações das linhas da Av. de Ceuta, comparecendo nesse plenário cerca de dois mil e quinhentos trabalhadores (não podendo um número significativo de trabalhadores comparecer por escassez de transportes e impossibilidade de deslocação visto que não se podiam utilizar os veículos da empresa para ir ao plenário porque nesse dia saiu uma circular que proibia a utilização dos veículos para esse fim. Depois de feito o ponto da situação por um elemento da CT, foi aprovada uma proposta de suspensão da greve.

A CT reconheceu que a adesão à greve não era total mas sim de 70 por cento havendo locais de trabalho em especial os administrativos onde ninguém havia aderido. Dai que para a CT esta suspensão era oportuna a fim de melhorar o esclarecimento e mobilização destes trabalhadores. Por outro lado não ficou estabelecido o prazo para o Governo responder à carta enviada pela CT, officio esse que foi elaborado quando de uma reunião entre a CT da Caixa de Previdência dos TLP, os delegados dos sindicatos representantes dos beneficiários e a CT-TLP de Lisboa e que consta de três pontos:

1.º Que todas as contribuições em dívida e facturas dos TLP e seu pessoal sejam depositadas na conta desta instituição, na Caixa Geral de Depósitos.

2.º Esta instituição neste caso com-

prometia-se a transferir todos os meses para a conta P/428, pertencente a Caixa Nacional de Pensões até ao dia 20 de cada mês, os saldos encontrados nos mesmos termos em que eram na vigência da Portaria 280/74.

3.º O ministro dos Assuntos Sociais garantirá por escrito que esta Caixa de Previdência não será integrada nas Caixas distritais enquanto o Serviço Nacional de Saúde não esteja plenamente em funcionamento e não atinja metas de realização que ultrapasse ou iguale os serviços desta Caixa.

OBJECTIVO DA LUTA

Será que a CT/TLP pretende revogar o Decreto-Lei 784/75 isolada das CT das outras empresas na mesma situação?

Porque é que a CT/TLP sempre lutou pela revogação do decreto, revogação essa que abrangia não só os trabalhadores dos TLP mas também os das outras empresas, e agora já está na disposição de abandonar a luta se o ministro do MAS satisfizer os três pontos atrás mencionados, porque na prática é a revogação do decreto mas apenas na sua empresa?

Demonstra assim a CT/TLP o seu sectarismo frente às outras CTs. São os trabalhadores dos TLP e das restantes empresas que estão em jogo. Terão os trabalhadores culpa das suas CTs não os defenderem e quererem resolver os problemas nas costas dos trabalhadores?

No fundo o que os trabalhadores dos TLP pretendem é apenas que o posto médico da sua caixa não seja transformado em posto publico e que lhe sejam dadas garantias de que a assistência médica social se mantenha nas circunstâncias actuais até que o Serviço Nacional de Saúde esteja a funcionar devidamente.



dos trabalhadores

TÊXTEIS

BRAGA

O CASO
MACONDE

O caso «Maconde» inicia-se nos princípios de Outubro, quando delegadas sindicais convocam um plenário, que foi impedido de se realizar pela gerência através de uma comunicação oral e posteriormente por comunicação, reafirmando a sua posição de recusa e tendo outras considerações que os trabalhadores consideraram inadmissíveis.

Postos perante estes factos, os trabalhadores pediram no dia seguinte a comparência na fábrica do delegado do MT, ao qual a gerência justificou a sua posição alegando que esse plenário era para tratar de questões relacionadas com o Congresso dos Sindicatos e que desde há muito já estavam ultrapassadas as 24 horas por ano para plenários e reuniões, o que foi contestado pelas trabalhadoras que afirmaram ser o total de número de horas gasto em plenários muito inferior àquele que está determinado.

Apesar de todos os problemas postos pelos patrões, os trabalhadores dirigiram-se para o local do plenário, que teve a participação de cerca de metade dos 400 trabalhadores da empresa.

Os patrões da Maconde (que pertence a uma multinacional com capitais holandeses) face à força da organização dos trabalhadores, iniciaram no dia seguinte ao plenário um «lock-out», com um corte de energia que paralisou a unidade fabril.

Não contentes com isto, os lacaios do imperialismo, foram junto de alguns trabalhadores para tentar fazer com que eles lançassem palavras para o saneamento das duas dirigentes sindicais, num plenário que se iria realizar no dia 11/10, com a participação do delegado do Ministério do Trabalho, que falou em paz, disciplina e concórdia enquanto que a maioria dos trabalhadores presentes no plenário defendiam o direito ao trabalho das suas duas colegas, o que culminou com algumas agressões.

Após estes acontecimentos, e com a fábrica paralisada, começam as negociações no MT, que sempre se revelaram negativas, visto que o patronato procurou sempre fazer com que as duas delegadas sindicais fossem afastadas, dizendo mesmo que lhes pagariam o ordenado se elas dessem parte de doente, para que os trabalhadores pudessem por fim trabalhar «no sentido de assegurar à multinacional o seu habitual rendimento».

A situação arrastou-se, até que no decorrer das negociações, as duas operárias foram suspensas e impedidas de entrarem nas instalações fabris até conclusão do inquérito aos acontecimentos lá ocorridos.

O CONFRONTO COM A PSP

Atendendo ao impasse das nego-

ciações as trabalhadoras da Maconde solidarizaram-se com as duas delegadas sindicais suspensas e estas continuaram a comparecer à fábrica, até que no dia 9 deste mês a PSP de Braga montou um aparato serviço de vigilância e controlo à entrada da fábrica; serviço de vigilância este composto por cerca de 60 polícias-de-choque e que se destinava, segundo afirmações das «forças da ordem» para fazer cumprir a lei, ou seja, impedir que as delegadas sindicais entrassem na fábrica.

As trabalhadoras ao verem tal aparato bélico e intimidativo, não recuaram e tentaram introduzir na fábrica, forçando o cordão policial, as duas delegadas sindicais.

De imediato, se fez sentir a reacção das forças policiais que agrediram selvaticamente as trabalhadoras, procurando chegar junto das activistas sindicais, não hesitando como é seu hábito, em atacar as operárias indefesas agarrando-as pelos cabelos, empurrando e batendo-lhes mesmo quando elas caíam no chão.

Dos confrontos, várias trabalhadoras saíram feridas e uma das delegadas sindicais foi detida e esteve presa perto de 3 horas na PSP.

Enfim, estamos novamente nos «bons velhos tempos», onde a repressão sobre os trabalhadores adquire formas de violência brutal.

No entanto, a luta dos trabalhadores da Maconde não parou.

No sábado dia 13/11, realizou-se uma manifestação em Braga com muitos milhares de pessoas e que teria sido a de maior participação operária havida até ao momento, na cidade.

Esta manifestação partiu das instalações fabris da Maconde Confeccções para a delegação do MT e desta para o Governo Civil, para que publicamente os operários da região pudessem manifestar o seu repúdio pela actuação repressiva praticada pela polícia, sobre as trabalhadoras em luta e denunciar a atitude de colaboração que o Governo de Soares pratica com os patrões, os fascistas e o imperialismo.

No dia seguinte, domingo, houve uma festa popular com a participação de José Aonfus, Aristides, Vitorino e o Grupo de Teatro Construção e que se destinava a recolher fundos para a manutenção financeira das operárias em luta.

MATOZINHOS

Suspensos trabalhadores
da Sociedade de Malhas
e Confeccções FAI—FAI LD.^a

O avanço das forças fascistas é mais claro do que nunca e o Governo P.S. cada vez mais, continua a ser o mordomo, da festa. Entretanto, «a hora é de luta não é de cedências» afirmam os trabalhadores desta fábrica sita no coração da vila nortenha e que viram o passado dia 8-11-76 serem desalojados dos seus postos de trabalho por uma força policial a favor do patrão.

A luta dos trabalhadores desta fábrica vem desde o princípio do ano com a suspensão de um delegado sindical que desmascarou e por isso solicitou que o patrão fizesse sabotagem económica.

No fim do mês de Maio trava-se nova luta devido à entidade patronal não pagar os salários aos trabalhadores. Um operário devido a carências financeiras foi por diversas vezes junto da administração e pediu pelo menos parte do seu salário. Como resposta o patrão já foi saneado pelos trabalhadores da Tonifex, mas este tenta com ameaças e agressões expulsar o operário do seu gabinete dizendo-lhe que aquilo que ele queria era demasiado prematuro.

O operário tardo de chacota e exploração reage, ferido no seu íntimo de trabalhador pegando no patrão e atirando-o para cima das secretárias. Esta actuação valeu-lhe o despedimento, feito na altura com a ajuda da Polícia sem um processo de inquérito. Face a esta situação os trabalhadores não vêem outra solução que recorrer ao Ministério do Trabalho e ao sindicato. Isso vale-lhes por parte do Ministério e do sindicato o levantamento de um auto à fábrica o qual ainda não teve quaisquer resultados.

Nunca mais descanso tiveram os trabalhadores que viram os seus salários não serem pagos nos meses de Junho, Julho e Agosto assim como também o subsídio de férias. Chegado o fim do mês de Setembro como mais uma vez não lhes foi pago o salário os trabalhadores resolveram paralisar no dia 1 de Outubro com o propósito de retomar o trabalho quando o patrão lhes pagasse pelo menos o referido mês. Assim e devido à sua posição os trabalhadores recebem o seu salário do mês anterior no último dia da paralisação. O mês de Outubro decorre normalmente. Até que o dia 31 chega e mais uma vez os salários não são pagos. Entretanto os trabalhadores resolvem aguardar. Assim no dia 5 terça-feira o patrão resolve pagar 2000\$00 a uma minoria de trabalhadores considerados os seus lacaios. A maioria que nada recebeu resolve exigir o pagamento dos seus salários. No fim desse mesmo dia alguns trabalhadores considerados pelo patrão os principais activistas recebem a ordem de suspensão. Segunda-feira e no início da laboração os trabalhadores resolvem organizar-se com os suspensos dizendo: «Ou trabalha tudo ou não trabalha ninguém». Face a esta posição o patrão chama a Polícia. Os tra-

balhadores continuam paralisados nos seus postos de trabalho viram as instalações serem cercadas e invadidas por uma força policial. Os operários não se deixaram intimidar e a própria Polícia comunica aos operários que os salários seriam pagos às dez horas. Entretanto, o tempo decorre sem que alguém se pronunciasse e cerca das 15 horas, o porta voz do patrão — a Polícia — comunica a 50 por cento dos trabalhadores que o patrão lhes quer falar. Entre esses estavam-se os já referidos lacaios e os mais activistas quando estes entram na sala para a possível reunião com o patrão deparam com dois polícias que lhes perguntam o porquê da paralisação. Responde o porta-voz dos trabalhadores dizendo que a causa principal era a solidariedade com os seus camaradas suspensos. De imediato a Polícia respondeu-lhes: «quem quer trabalhar vá trabalhar e quem não quer que se encoste aqui». Os lacaios, foram imediatamente trabalhar e os polícias presentes ameaçam os restantes trabalhadores dizendo que ou iam trabalhar ou eram postos já pelas escadas abaixo.

Gera-se a confusão. As operárias não desmobilizam e o patrão surge novamente rodeado de polícias e pergunta-lhes se querem ir ou não trabalhar. Houve como resposta que só iam trabalhar quando fosse levantada a suspensão das outras camaradas.

Recebem como resposta do patrão: «então consideram-se também como suspensas». Os trabalhadores conscientes das suas responsabilidades continuam na sua luta sem o mínimo de desmobilização. Até que ao fim da tarde aparece o piquete da Polícia do Porto invadindo as instalações, e sem mais nem porquê expulsa todas as trabalhadoras e poe-nas na rua.

O processo está já a ser discutido pela delegação do Ministério do Trabalho no Porto. Vão ser enviadas exposições ao Ministério do Trabalho para o ministro, C.R. Conselho de Ministros.

Os trabalhadores não abandonarão a luta e por isso vão hoje para uma reunião no Ministério do Trabalho para que o problema delas seja resolvido. A reunião do dia 10-11-76 foi convocada pela Polícia e o patrão convocou nova reunião para o dia 11-11-76 às 10 horas.

BARCELOS

Os trabalhadores das fábricas locais, TEBE, Sonix, Fiação e Tecidos, Têxtil João Duarte, conjuntamente com trabalhadores do Porto das fábricas Cintex, Gador e Mtex promoveram um encontro que se efectuou na sede do PRP de Barcelos com o fim de analisar a luta que os trabalhadores deste sector vêm travando com vista à negociação do contrato único e vertical para o sector.

Aprovada a ordem de trabalhos, uma camarada do Porto prestou informações sobre a importância do Contrato Colectivo e das manobras levadas a cabo pelas organizações patronais, que tudo têm feito para dificultar as negociações.

Assim a Federação dos têxteis formada depois do 25 de Abril pelos patrões separa-se da Federação dos lanifícios que impede a discussão do contrato único.

Apareceram em consequência desta decisão dois contratos: lanifícios e vestuário, por um lado, lãs e têxteis, algodoeira, por outro que provocou graves disparidades entre os contratos.

Consegue-se com muito esforço uma união das Federações e avançou-se para o contrato único. Ainda no período de informações foi analisada a paralisação das fábricas nesta localidade e relatadas as manobras do patronato para desviar os trabalhadores da sua luta. Note-se a importância desta luta, que, se localizando no Norte do País alcança nesta terra percentagens na ordem dos 95 por cento.

Sabe-se que do lado dos patrões, uma grande parte estava disposta a negociar com os trabalhadores, malgrado a CIP dar ordens em contrário. Pretende a CIP com isto, criar a desestabilização no sector e lutar tudo por tudo para virar os trabalhadores contra os trabalhadores. Foi dada também a informação sobre os despedimentos das camaradas sindicalistas Manuel Lopes e Rosas, assim como os despedimentos dos delegados sindicais, dos delegados dos trabalhadores e dirigentes sindicais, como provocação e tentativa reaccionária do Patronato. Seguiram-se informações sobre a acção do industrial Rabaças estando

ligado ao PS não cumpria o CCT e como presidente da Federação de Lanifícios dissolveu esta associação para impossibilitar a negociação do contrato. Análizada também a acção dos sindicatos que não têm prestado a devida divulgação das lutas que os seus trabalhadores vêm travando. Esgotado o período das informações passou-se para o segundo período da ordem de trabalhos que era o seguinte: Sector têxtil em geral crise e alternativa e novas formas de luta. No debate deste segundo ponto, os trabalhadores depois de analisarem a actual situação no sector chegaram à conclusão que a paralisação de duas horas por dia que se prevê não leva a lado nenhum, pois os patrões estão interessados em atrasar o processo até Janeiro próximo, pois sairão no princípio do ano, leis antioperárias que os beneficiarão. Portanto os trabalhadores presentes neste encontro concluíram que só com a paralisação total se poderá obrigar o patronato a reconhecer os seus direitos. Foram apresentadas também outras formas de luta tais como a baixa de produção (que sendo uma forma de luta muito avançada requer uma grande organização) apontado também a necessidade da descentralização dos sindicatos. Brevemente, os trabalhadores têxteis presentes nesta reunião voltarão a encontrar-se para continuarem a discutir os graves problemas com que se debatem e a criar novas formas de luta e de organização que unido-os e fortalecendo-os lhes permitam avançar na conquista do Socialismo pela conquista dos meios de produção e rejeitando o reformismo que só quer negociar contratos como quem pede uma esmola enquanto a inflação nos vai comendo o nosso miserável salário.

MATOSINHOS TÊXTEIS CONTRA CAPITALISTA TEIMOSO

Já não é recente a luta travada pelos operários da fábrica de malhas e confecções Marajá e tudo teria começado em Agosto passado, quando o patrão, como todo o capitalista, pretendia afrontar uma das conquistas da classe operária — o subsídio.

As trabalhadoras decidiram a «passagem de ofensiva proletária anticapitalista» organizando uma comissão de luta.

Efectuados assim até ao decorrer desta data vários plênários em alguns dos quais o patrão já assustado com a força dos trabalhadores viria a prometer 5 por cento do pagamento em questão. E isto aconteceu num plênário de 24 de Outubro; simultaneamente vai dividindo as operárias aliciando algumas e pagando a lacaias suas. Uma das «protectoras» do patrão viria a ser compensada pela traição à sua classe com uma dose de disciplina revolucionária a qual deixou alguns ferimentos na traidora. Agora, o capitalista, como reforço final retira a mercadoria da fábrica. As trabalhadoras numa luta exemplar fazem vigilância ao seu local de trabalho.

MARINHA GRANDE

A luta das operárias da CLARBEL

A CLARBEL é uma pequena fábrica da Marinha Grande onde trabalham 23 operárias. Antes do 25 de Abril estas estavam sujeitas, como os demais trabalhadores do sector têxtil a salários de miséria, a condições de trabalho péssimas, etc. As lutas que se desenrolaram no sector, pós-25 de Abril, conduziram ao contrato colectivo de trabalho, e, como não podia deixar de ser, as trabalhadoras da CLARBEL reclamaram a aplicação desse contrato na defesa dos seus direitos. As manobras patronais começam a fazer-se sentir e embora fosse de 4600 escudos o salário a que tinham direito as operárias, aparecem os reformistas na sua «espinhosa missão» de sabotar as lutas dos trabalhadores, a convencerem as operárias a aceitarem somente 4.000\$00.

Entretanto o patrão recusa-se a pagar os retroactivos às operárias, e ameaça-as de despeimento. A luta agudiza-se e as manobras do patrão não deixam marca para dúvidas acerca dos objectivos que prossegue. Assim, deixa que a matéria-prima se vá progressivamente esgotando não a substituindo por nova, e, tentando furtar-se às responsabilidades, resolve transformar a empresa numa sociedade por quotas na qual a mulher deleteria a maior parte.

Entretanto, «desvia» a produção da fábrica para uma loja de vendas de que também é proprietário, e a finalizar todo este processo de despedimento forçado das trabalhadoras através do fecho da fábrica, acaba por tirar as máquinas do local de trabalho e envia às operárias uma carta comunicando o despedimento colectivo.

As operárias da CLARBEL reagiram energeticamente a esta situação, defendendo o direito ao trabalho e ocupando a fábrica.

A partir daqui, se por um lado já tinham sido vítima das manobras que o patrão lançou com um objectivo bem definido — a paralisação da fábrica — por outro continuam abandonadas por um governo que já demonstrou há muito que não está (nem de perto, nem de longe) ao serviço das classes trabalhadoras.

Sem dinheiro e sem matéria-prima as operárias da CLARBEL, correram por todos os organismos oficiais (Ministério do Trabalho, etc.), recebendo sempre a mesma resposta de indiferença e mesmo de desprezo. Chegaram mesmo a deslocar-se a Lisboa onde se encontraram com o actual ministro Marcelo Curto, o qual teve a «amabilidade» de dizer que «tinhamais que fazer do que se preocupar com 23 trabalhadoras».

MELKA — PARALISAÇÕES «PROCESSADAS»

Na Melka, empresa têxtil de Évora, os patrões tentam impedir a solidariedade dos trabalhadores através de processos judiciais. Com efeito, em resultado da jornada nacional de luta que os trabalhadores têxteis levaram a cabo, como forma de apoio aos delegados sindicais despedidos, os patrões instauraram um processo a 21 trabalhadoras.

No entanto, o golpe do patrão não resultou, — hoje e contrariamente ao que se passara quando da paralisação, em que só 40 por cento das trabalhadoras aderiram, as trabalhadoras res encontram-se unidas na luta contra estes processos judiciais.

Perante esta situação e concretizado o abandono da empresa pelo patrão, punha-se às operárias a alternativa de formação de uma cooperativa que salvaguardasse o seu direito ao trabalho e simultaneamente acabasse com a situação de exploração a que estavam sujeitas pelo patrão. É aqui que novamente entram os reformistas tentando conciliar o irreconciliável, e boicotando uma forma correcta de gestão operária. As trabalhadoras, que se dirigiram ao secretariado das comissões de trabalhadores da Marinha Grande, são aconselhadas por alguns elementos a esperarem pelo regresso do patrão e assim colocam as operárias numa nova situação que se mantém neste momento, que é a de negociarem com um comerciante da Marinha que lhes fornece a matéria-prima recebendo este o produto já acabado. As trabalhadoras continuam a ser exploradas (de uma forma mais subtil) enquanto o anterior patrão ajudado objectivamente pelos reformistas e apoiado pelo Estado não volta com as anteriores formas de exploração.

Entretanto, e também por «conselho» de alguns elementos do secretariado das cts, as trabalhadoras têm organizado recolha de fundos através da venda de autocolantes e de peditórios. O que não sendo uma forma totalmente incorrecta de promover a solidariedade operária, não deixa no entanto de ser uma consequência da situação para a qual os reformistas foram os principais responsáveis. Dando origem, portanto, a que as operárias da CLARBEL estejam agora dependentes do tal comerciante que as continua a explorar, e, no fundo, do dinheiro que os trabalhadores não têm o dever de dar, pois apenas os capitalistas são culpados das crises que provocam.

INATEXIL — PATRÃO NÃO PAGA SALÁRIOS

Os trabalhadores da Inatexil do Porto encontram-se em greve há 14 dias para que o patrão lhes pague o salário dos últimos dois meses.

O patrão, que já deve cerca de 3000 contos aos trabalhadores, é um destacado militante da C.I.F. e diz que não paga os salários por falta de dinheiro. No entanto, os trabalhadores acusam-no de ser ele o responsável pela má gestão da empresa.

Os trabalhadores mostram-se decididos a continuar a greve até que o patrão lhes pague os salários.

TEXTEIS — A LUTA CONTINUA

Depois da manifestação do passado dia 8, junto ao Ministério do Trabalho, os trabalhadores têxteis prosseguiram a luta pela reintegração dos delegados sindicais despedidos.

Assim, e conforme decisão tomada num plênário realizado no dia 13, os trabalhadores têxteis voltaram a paralisar uma hora em todos os turnos a partir do passado dia 18.

Entretanto em plênário efectuada no passado dia 22, e por proposta da Comissão Negociadora do C.C.T. os trabalhadores tentaram mais uma vez chegar a acordo com o patrão da firma Manuel Lopes Henriques e Filho, Lda. Esta tentativa de acordo, será precedida na próxima 5.ª-feira, dia 25, por uma redução de produção da ordem dos 50 por cento que durará quatro horas.

dos trabalhadores

Que quer o Sr. Nunes da AC?

Os dois mil e setecentos trabalhadores da Empresa «Trabalho, Arquitectura e Construção» (A.C.), que se encontra desde Dezembro de 1974 com intervenção estatal não receberam os salários correspondentes a Outubro e os de Setembro foram recebidos com 22 dias de atraso.

Encontra-se neste momento a empresa com um défice de milhares de contos, que na sua maior parte provém de dívidas por saldar de trabalhos já terminados de outras empresas, como o caso da Torralta que se encontra também sob intervenção estatal.

Na presente situação de subaproveitamento das potencialidades da Empresa, provocada pela burocracia dos sucessivos governos provisórios, promoveu o secretariado do Conselho de Trabalhadores uma conferência de imprensa onde foi tornada pública a sua luta nos corredores dos Ministérios, onde têm sido vexados por argumentos, mais ou menos técnicos, como que a má situação da empresa se deve ao «absentismo», a uma «baixa produtividade», e aos «custos de transportes», não dando nenhuma saída para os reais problemas da empresa, ignorando assim os senhores do Ministério que há obras paradas por falta de materiais provocada por falta de crédito.

Além de todos estes problemas, há a salientar que a actual Administração se encontra demissionária, estando já proposta pelo Ministério de Habitação e Urbanismo outra C.A., que faz depender a sua aceitação da clarificação da situação na empresa.

Com o arrastar deste impasse, multiplicam-se os ataques aos trabalhadores e à sua organização, através do

fomento por forças da direita reacçãoária da divisão entre os trabalhadores. Num caso recente relatado num comunicado do Secretariado C.T. da A.C. onde «um grupo de cerca de 20 trabalhadores administrativos» se concentraram «junto a S. Bento com a finalidade de pressionar o governo a pagar os salários de Outubro que os trabalhadores ainda não receberam», alerta o secretariado para estas formas de luta promovidas por organismos paralelos à estrutura eleita democraticamente e fomentadas por conhecidos inimigos dos trabalhadores, como neste caso o sr. dr. Nunes Antunes, que unicamente visam o encerramento da fábrica pela destruição de todas as formas de organização.

Tomou o secretariado posição firme exigindo no mesmo comunicado que sejam tomadas «medidas adequadas contra aquele senhor, uma vez que os trabalhadores não estão dispostos a continuar a tolerar as atitudes reacçãoárias do sr. dr. Nunes Antunes que para além do citado caso tem desenvolvido esforços no sentido de formar Comissões paralelas ao Secretariado.

Impõe-se como cada vez mais necessária a vigilância revolucionária, capaz de desmascarar e isolar os inimigos dos trabalhadores de forma que cada luta travada seja um avanço na sua luta pela tomada do poder.

ESCRITÓRIOS

OS GOLPES CONTINUAM

Realizou-se há dias o tão falado REFERENDUM do Sindicato dos Empregados de Escritório, que visava definir se a direcção do Sindicato se manteria ou não fiel aos princípios previstos na Carta Aberta, e como tal, se se manteria ou não filiada na Intersindical (já previsto nos estatutos).

O que é que a direcção diz para justificar esta arrojosa jornada da CISU/CIP? Invoca que isto foi decidido na Assembleia Geral do dia 14 de Outubro o que é pura mentira pois que esta proposta manhosamente feita pelo Conselho Fiscalizador nem chegou a ser votada. Os trabalhadores de Escritório mais uma vez foram chamados a votar — muitos deles nem sabiam exactamente em que — postos perante uma alternativa: Ou iam pela Carta Aberta, ou votavam a favor da Intersindical, cujo secretariado já deu bem provas do que vale (ou não vale) através da anterior direcção.

Discussão não houve; esclarecimento muito menos.

RESULTADOS: Dos 65 000 sócios do sindicato dos quais cerca de 10 000 estão abrangidos pela Portaria de Ordenados Mínimos votaram 12 662, com 10 971 a favor da Carta Aberta, 1412 a favor da Intersindical e 279 votos nulos ou brancos.

Estes resultados são bem elucidativos quanto à desmobilização dos trabalhadores e quanto à fraca implantação que neste momento a direcção possui. Para uma direcção que conseguiu 25 000 votos, mesmo com a indispensável ajuda de vários patrões...

Mas perante esta situação não é solução tentar golpadas de destituição da direcção, decididas em reuniões restritas de sócios (convocadas através de «O Diário», «Diário de Lisboa» e pelo telefone) como tenta o sector

afecto ao secretariado da Inter, e há que não cair em triunfalismos desmesurados como o fazem outros sectores reformistas. Neste momento, a luta é pelo esclarecimento dos trabalhadores, por discussões em Assembleias de Empresa onde sejam debatidos os problemas, onde não sejam permitidas mais golpadas divisionistas que mais não pretendem do que tirar a direcção ao PS para dela se apoderarem. Grande parte dos trabalhadores dos Escritórios já se aperceberam através dos dois tipos de direcção que tiveram (a primeira afecta ao PCP e esta afecta ao PS) que nenhuma delas foi alternativa concreta e revolucionária para os seus problemas. Neste momento, os trabalhadores sentem necessidade de discussão, mas de discussão em que todos participem, em que todos ponham os seus pontos de vista; para a qual o melhor local é na empresa onde todos se conhecem, onde os oportunistas são desmascarados e os verdadeiros defensores dos seus interesses são eleitos. Já sabemos por experiência que as Assembleias Gerais acabam por se transformar em Comícios deste ou daquele partido, já todos conhecemos a lista de inscrições.

CONTRA OS GOLPISMOS
PELO ESCLARECIMENTO DOS
TRABALHADORES
PELA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIAS DE EMPRESA

PORTO

Trabalhadores cara a cara com a polícia

A 25 de Novembro deste ano a Cooperativa de Serviço Doméstico — Cooperserdo, estará em ajustes de contas no Tribunal da Polícia desta cidade. Lá estará a desafiar as leis da burguesia, pelos «males» que esta cooperativa vem praticando... Mais concretamente, vai sofrer o castigo implacável do aparelho repressivo do actual poder burguês, pelo facto de há meio ano vir servindo 100 refeições, diariamente, a preço acessível, para muitos trabalhadores explorados.

Como atacou o actual poder esta organização de trabalhadores para trabalhadores? Utiliza as leis que ela mesma, burguesia, pariu para dominar a classe que tudo produz, o povo trabalhador. São os alvarás sanitários, por um lado, papeladas para a Direcção Geral de Turismo, documentos para a Câmara, mais impostos, dinheiro para selos, etc., por outro os trabalhadores alheios à burocracia das instituições capitalistas, assim, «meteram o pé na argola». Os explorados não perdoam. Por isso, a sua Polícia apli-

cou, para já, uma multa monetária de 1600\$00, a qual a cooperativa se recusou a pagar. Deste modo, os trabalhadores terão que se sentar nas tábuas do Tribunal da Polícia. Ficarão, só, por aqui?

E os capitalistas que desrespeitam as «suas leis» e as obrigações para com os trabalhadores? Para esses a classe explorada ainda não tem montado o seu aparelho repressivo à burguesia: só com a Revolução socialista, a cidadania do proletariado.

Porto, 20/11/76



MÁRIO SOARES embaixada do imperialismo

Atacado em todas as frentes, o capitalismo agoniza mas não desarma. Mesmo considerando apenas a época imperialista da sua fase de desenvolvimento, são dezenas e dezenas de anos de experiência do poder, que incluem momentos de expansão como de profunda crise.

A burguesia imperialista sabe que a violência é uma arma de dois gumes cuja utilização lhe tem saído, não raras vezes, cara. De preferência, procura a subtil opressão à repressão descarada e, lá onde se manifestam sinais de descontentamento, a sua primeira preocupação não é a repressão (marginalização) mas sim a integração (recuperação). Não estamos, contudo, em situação que permita ao imperialismo usar da subtilidade a seu bel-prazer: a profundidade da crise que mina todo o tipo de estruturas capitalistas é tal que a possibilidade da sua sobrevivência reside, em última instância, na repressão.

ENTRE A ESPADA E A PAREDE

Entretanto, o uso, abusivamente ostensivo, da força em relação aos movimentos anti-imperialistas que por todo o mundo não deixaram de crescer «queimou» a «imagem de marca» do imperialismo (Vietnam, Cambodja, Laos, Chile, etc), obrigando-o a cautelas no sentido de procurar preservar uma certa margem de manobra. Assim metido entre a espada e a parede, o imperialismo, procurando adaptar-se às novas circunstâncias, concebe uma tática global multifacetada: numa mão a imagem condescendente duma diplomacia «generosa», na outra a metralhadora, as duas interpenetrando-se e completando-se.

É assim que, visivelmente, o terror instaurado na América Latina visa criar uma rectaguarda sólida dentro dos países do chamado «Terceiro Mundo». A América Latina paga aqui o preço de ser, dentro desse «Terceiro Mundo», a parcela mais desenvolvida e com maior experiência de luta, e o facto de estar «à mão de serrar» dos EUA, quer economicamente, quer militarmente, quer geograficamente. No Sul da Europa (Portugal e Espanha) e na África (Saara, Médio Oriente e África Austral), residem os outros dois grandes peões do jogo imperialista, em que Portugal e Espanha funcionam como trampolim e tampão para uma África irreverente que ameaça escapar decisivamente das garras euro-americanas.

O PS AO SERVIÇO DO IMPERIALISMO

Importa aqui reter que todo este plano não poderia ter sido concebido sem o consenso de forças traidoras (geralmente apelidadas de esquerda) que se prestam a colaborar activamente neste jogo. O caso é mais flagrante em relação a Portugal que em função da Espanha, já que enquanto a Espanha joga fundamentalmente um papel de tampão em relação ao Norte de África (e a Europa, diga-se), Portugal participa dum papel de embaixador, abrindo nos bastidores da diplomacia o caminho à sabotagem, à infiltração de canais imperialistas e à preser-

vação de influências caducas.

Toda esta trama, a que um governo PS se deixa obedecer, está patente em acontecimentos ultimamente verificados (tentativas de desenvolvimento de relações com países como a Argélia e a Líbia, tentativa de reaproximação das ex-colónias, visita do 1.º Ministro espanhol a Portugal e anúncio da visita de Soares ao Brasil). Recorde-se aqui que o Brasil é, desde o princípio do colapso do colonialismo português, a ponta de lança utilizada pelo imperialismo em direcção à África.

As visitas de Suarez e de Soares a Geisel não passam, pois, de demarques a partir das quais o imperialismo, utilizando-se da cumplicidade do governo de «esquerda» do PS, procura credenciar internacionalmente os regimes fascistas de Espanha e do Brasil, os quais funcionarão como peões de ataque à África, para além do evidente esforço em transformar o franquismo espanhol num regime fascista de cara lavada que possa funcionar como tampão do processo revolucionário português em relação à Europa.

ATÉ QUANDO?

Mas o maquiavelismo deste plano tem contradições de sobra para não poder ir muito longe. Não falando já daquilo que poderá ser o futuro, a médio prazo, da América Latina, e não considerando mesmo as tremendas dificuldades com que se batem os grandes bastiões do imperialismo em África, duas grandes questões se colocam: a primeira, em relação à Espanha, é por quanto tempo poderá — o imperialismo controlar uma pseudo — reforma liberalizadora até aqui mantida no quadro do desejável e do possível (para o imperialismo)? A segunda referente a Portugal, é por quanto tempo poderá o imperialismo servir-se dum governo PS atacado por todos os lados (mesmo por sectores do próprio PS).

Na impossibilidade de conseguir o óptimo, o imperialismo terá de optar pelo mal menor. É nessa perspectiva, aliás, que, jogando no governo PS, o imperialismo nunca abandonou as alternativas PSP/PPD e CDS e, mais do que isso, nunca abandonou o trabalho de sapa e de conspiração nas Forças Armadas (viagem de altas patentes aos EUA, brigada da NATO, etc). Com a curta duração do governo PS, não tardará que o imperialismo atire para o lixo o próprio PS de que tanto se tem servido e lance mão das forças fascistas que controla para, na impossibilidade do óptimo, salvaguardar o mal menor.

O que está em causa não é só Portugal. Para o imperialismo é a contra-revolução por todo o lado aonde puder chegar. O que está em causa para os trabalhadores e revolucionários portugueses não é só Portugal. É a Revolução à escala mundial.



«Esta meiguice do Governo coroa o êxito da acção terrorista, é um incentivo às novas acções.»

BOMBAS a investigação que emperra

Ao contrário de muitos dos responsáveis pela actuação desleixada quando não cúmplice no domínio das investigações oficiais sobre a actividade bombista, pensamos que as bombas que vão explodindo por esse país fora não são obra de uns tantos deficientes mentais sem cor política, mas sim, de uns tantos reaccionários enquadrados por outros que não mexem na pólvora mas cujo reaccionarismo está melhor estruturado por uma maior ligação de interesses à classe a que pertencem.

O ritmo de prisão-libertação a que assistimos ilustra os compromissos entre alguns que estão no poder e outros que ainda lá não estão. Estes compromissos funcionam por dois circuitos que se dão mútuas garantias.

Um é directo: o que se estabelece entre o indivíduo que detém a parcela de poder suficiente para promover, sustentar ou impedir uns dados processos a nível oficial, e outros indivíduos da «oposição civilizada» até à mão que faz estoirar a Bomba.

A constatação de grau de operacionalidade de todo o sistema, e do resultado dessas acções, vêm por outro circuito: A resposta dada pelo poder.

E a mais dura dessas respostas tem sido um raspanete e um «vê lá

o que vais fazer agora».

Esta meiguice do Governo coroa o êxito da acção terrorista, é um incentivo a novas acções. Claro que amor com amor se paga: Por muita raiva que os fascistas tenham a Lopes Cardoso, a bomba só lhe explodiu em casa depois dele ter saído do governo...

É evidente que os fascistas só estão interessados neste clima de respeito mútuo com o governo enquanto não tiverem força suficiente para prescindir dele. E para isso estão a aproveitar sem esforço as deixas daqueles que combatem a esquerda para não dar argumentos à direita.

Assim o CDS mal agradecido vai na Assembleia da República fazendo a vida negra ao PS e nas escolas do democrata Cardia, a J.C. mal agradecida para com o seu protector, afixa cartazes de Hitler, Mussolini e Salazar.

E enquanto os que fizeram as leis destinadas a reprimir os actos terroristas não actuam, as mãozinhas anafadas de certos doutores vão, livre e seguramente, continuando a habituar-nos os ouvidos de tal modo a não ser notada muita diferença quando se passar do terror consentido ao terror institucionalizado.

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, ... Lisboa

EDITORIAL

A LIÇÃO DO 25 DE NOVEMBRO

Decorre já um ano sobre o golpe reaccionário do 25 de Novembro, em que a social-democracia, dando cobertura à direita fascista e contando com a passividade cúmplice do reformismo, vibrou um duro golpe na esquerda revolucionária e na organização dos trabalhadores.

De então para cá, e como o previra em seu devido tempo o PRP, a burguesia nacional e imperialismo não têm cessado de, por um lado, servir-se do governo PS para atacar os trabalhadores e as forças revolucionárias, e por outro lado, minar o aparelho de Estado no sentido de preparar um golpe fascista.

São testemunho da política de direita do PS no governo o aumento em flecha do custo de vida, os ataques à Reforma Agrária com GNR e tudo, a política fascizante do ministro Cardia, a tentativa de divisão dos trabalhadores no campo sindical através da famigerada «Carta Aberta», a criminoso situação da Informação, os despejos já verificados, a saída de Lopes Cardoso reivindicada pela CAP, etc. Quanto à preparação do golpe fascista, falava por si a Brigada NATO (autêntico atentado à Independência Nacional), os saneamentos de militares que já atigem homens como Salgueiro Maia, as mil e uma visitas a Pires Veloso, os ataques à promoção de Franco Charais, o ódio a Melo Antunes, as reuniões de direita à margem da hierarquia quando esta não é fascista, as viagens de Souto Cruz, Morais e Silva e Canto e Castro, o clima de terror que reina em muitos quartéis, os ataques ao 25 de Abril e as prisões do seu comandante, o General OTELO.

A lição do 25 de Novembro, que tão caro custou, é clara: ao folclore há que opôr a organização; contra todos os reformismos e traições há que erguer uma forte organização política revolucionária de massas; contra os controlerismos há que avançar com as organizações populares de base, desenvolvendo-as e coordenando-as; finalmente, urge encontrar uma direcção política coesa e revolucionária que, pondo de pé o projecto desenhado por Otelô a quando da sua campanha eleitoral, seja capaz de unificar num corpo só os trabalhadores, os revolucionários e os militares progressistas deste país. Esta é a grande tarefa no curto espaço de tempo que nos separa do confronto que se avizinha.

Lisboa, 24 de Novembro de 1976

A. C. I. I. D. do PRP
(Comissão de Imprensa, Informação e Documentação)

O CASO DA G3 ENCONTRADA EM ÉVORA

... A propósito de uma notícia incerta no jornal «A Capital» vinda a público no seu número de 24 de Novembro, na qual se afirmava que um indivíduo José Firmino Ferreira, preso por estar de posse de uma espingarda G-3 tinha «ligações com o PRP», esclarece-se:

1 — A afirmação é completamente falsa, sendo o indivíduo em questão desconhecido da Organização Local de Évora do PRP.

2 — Tal afirmação, que as aspas parecem apontar como tendo origem na PJM, é, caso não resulte de uma eventual confusão de siglas, uma grosseira provocação dirigida ao PRP, na linha, aliás, de outras iniciativas policiais feitas a coberto de pesquisa de delito comum.

3 — O PRP repudia veementemente tais práticas provocatórias, as quais só poderão ser interpretadas, conjuntamente com declarações públicas de organizações fascistas e com artigos incertos em jornais igualmente fascistas, como uma tentativa de desviar as atenções da opinião pública das actividades bombistas da extrema-direita, das manobras que se alargam a todo o terreno para a preparação de um golpe fascista, da escandalosa libertação dos «pides», das viagens e encontros de altas personalidades do aparelho político-militar ao estrangeiro, da desocupação de terras pela intervenção da GNR, etc. etc.

4 — Contra toda a actividade de cariz pidesca, saberá o PRP tomar as necessárias medidas. Como saberão os revolucionários, os trabalhadores e os militantes progressistas, unidos em torno de um programa claro e revolucionário, dar a devida resposta àqueles que, na sombra, procuram desesperadamente um novo 28 de Maio.

Lisboa, 24 de Novembro de 1976

A. C. I. I. D. do PRP
(Comissão de Imprensa, Informação e Documentação)

Aprofunda-se a separação entre a maioria moderada do Conselho da Revolução e os restantes membros, todos de extrema-direita. Mas as vitórias políticas e administrativas dos moderados, assentam sobre umas Forças Armadas em que a direita ganha terreno dia a dia.

Elementos conhecidos como fascistas, implicados no 28 de Setembro e no 11 de Março, ganham postos de comando nas unidades militares. A extrema-direita civil, organizada à sombra da cumplicidade instalada no poder, progride na sua actuação e prosseguirá de certo com novas formas — assassínatos, raptos, etc. Esta extrema-direita organizada é realmente necessária ao imperialismo, para que a sua força se some a toda a ala direita das Forças Armadas. E esta soma de forças terá que se fazer para que o Imperialismo execute um novo 28 de Maio. É contra este 28 de Maio, que passará com as suas botas sobre tudo o que é antifascista que já se levantam vozes que ainda ontem se identificavam com o novo estado de coisas do pós 25 de Novembro. Os Salgueiros Maia multiplicam-se por todo o País. Não estão em postos de comando, mas estão presentes e resistirão ao avanço do fascismo, até por defesa própria... Acreditam mais estes na possibilidade de um golpe fascista do que muitos que, dizendo-se na esquerda revolucionária, nos acusam de vanguardismo por anunciarmos que está em preparação um golpe militar de extrema-direita.

Esses, que negam a hipótese de um golpe militar fascista foram os que fizeram o congresso dos GDUPs, e foram os que elegeram e se constituíram em Comissão Nacional dos GDUPs. E é assim que esta organização degenera cada vez mais afastando-se vertiginosamente da campanha de Otelô, das suas bases programáticas e das massas que as apoiaram. A estrutura actual dos GDUPs é a mesma que é responsável por uma ausência das lutas de massas, é a mesma que foi incapaz de escrever uma saudação pelo aniversário pela independência de Angola, é a mesma que põe Acácio Barreiros para a presidência da Câmara de Setúbal, é a mesma que contem como dirigentes nacionais vários indivíduos que traíram na Pide, é a mesma que recuou na manifestação de Caxias. A estrutura actual é a estrutura que não serve.

Por isso continua em aberto a criação do MUP. O MUP, tal como foi projectado à volta da candidatura de Otelô, projecto de uma organização de novo tipo, realmente unitário, realmente revolucionário.



...este 28 de Maio, que passará com as suas botas sobre tudo o que é antifascista